



ENERGIA

CPI pede investigação sobre diretor da Aneel (Folha de SP) 01/12/09	3
Erro na conta de luz pode se repetir em 2010 (Folha de SP) 01/12/09	3
Comissão quer punir empresas (Folha de SP) 01/12/09	4
A Copa do Mundo do Clima (Folha de SP) 01/12/09	4
Petrobras trava renovação com distribuidoras de gás (Folha de SP) 01/12/09	5
Ministro defende que insumo seja mais barato (Folha de SP) 01/12/09	6
Pivô das denúncias envolve PSDB no "mensalão do DEM" (Folha de SP) 01/12/09	6
Otimismo de empresários retoma o nível pré-crise (Folha de SP) 01/12/09	7
Falta de obras derruba taxa de investimento, aponta o BNDES (Folha de SP) 01/12/09	8
Presidente do BNDES diz que lucro no ano pode superar R\$ 4 bi (Folha de SP) 01/12/09	8
Aliado de Arruda, secretário do PPS é acusado em vídeo da propina (O Estado de SP) 01/12/09	8
BB vai investir R\$ 800 milhões em SP (O Estado de SP) 01/12/09	9
Relatório de CPI recua nos ataques (O Estado de SP) 01/12/09	10
Eletrobrás vai sanear empresas (O Estado de SP) 01/12/09	11
Conselho contesta versão da Light para os apagões (O Estado de SP) 01/12/09	11
Um ano depois, empresas ainda descumprem lei do call Center (O Estado de SP) 01/12/09	12
Rio Grande do Sul volta a ter ventos fortes e temporais (O Estado de SP) 01/12/09	13
"Lula vê meio ambiente como empecilho" (O Estado de SP) 01/12/09	13
Planejamento e desenvolvimento (O Estado de SP) 01/12/09	14
Temporais já causam prejuízo de R\$ 4,5 bilhões no Rio Grande do Sul (Valor Econômico) 01/12/09	15
Dezembro deve repetir a boa história do mês (Valor Econômico) 01/12/09	16
Estatual tem parceria com 13 universidades (Valor Econômico) 01/12/09	18
Petrobras testa tecnologias para "sequestrar" CO2 (Valor Econômico) 01/12/09	18
ICMS (Valor Econômico – Cartas dos Leitores) 01/12/09	20
Bolívia deve mudar lei do setor de gás após a eleição (Valor Econômico) 01/12/09	20
Abertura do InPetro (Valor Econômico) 01/12/09	21
Geração solar pode abastecer estádios da Copa 2014 (Valor Econômico) 01/12/09	21
CPFL deve investir R\$ 1 bi em distribuição no ano que vem (Correio Popular) 01/12/09	21
Campinas se ilumina para o Natal (Correio Popular) 01/12/09	22
Energia solar é tema de debate na Unicamp (CanalEnergia) 01/12/09	23
Cemig PN encerra em queda de 3,37% (CanalEnergia) 30/11/09	24
Abradee prepara mudança para Brasília (CanalEnergia) 30/11/09	24
Leilão A-1: distribuidoras têm 11 MW médios não contratados (CanalEnergia) 30/11/09	24
FGEE terá audiência pública na Câmara (CanalEnergia) 30/11/09	25
CPI das Tarifas de Energia: deputados analisam relatório final (CanalEnergia) 30/11/09	25
Alupar Investimento distribuirá R\$ 250 milhões (CanalEnergia) 30/11/09	25
EDP investe R\$ 1 milhão em premiação de projetos inovadores no setor (CanalEnergia) 30/11/09	26
Reservatório de Passo Fundo trabalha com 100% da capacidade (CanalEnergia) 30/11/09	26
Interligação Elétrica do Madeira recebe autorização para estudos (CanalEnergia) 30/11/09	26
Problemas técnicos deixam 29 mil clientes da CEEE sem energia (CanalEnergia) 30/11/09	27
Leilão A-1 encerra com negociação de 3,681 milhões de MWh (CanalEnergia) 30/11/09	27
UHE Barra Grande bate recorde de geração (CanalEnergia) 30/11/09	27

Leilão A-1 prossegue com preço abaixo de R\$ 90 por MWh para disponibilidade (CanalEnergia) 30/11/09	28
Equatorial ON registra alta de 1,69% (CanalEnergia) 30/11/09	28
Leilão A-1: produto por quantidade fica em R\$ 99,50 (CanalEnergia) 30/11/09	28
CCEE estende para seis dias período para aporte de garantias financeiras (CanalEnergia) 30/11/09	28
Aprovados potenciais de 695 MW no Rio Piquiri (CanalEnergia) 30/11/09	29
UHE São Salvador inicia operação comercial de 121,6 MW (CanalEnergia) 30/11/09.....	29
Marco Antonio Veloso, da Abragef: Vulnerabilidade dos sistemas elétricos (CanalEnergia) 30/11/09	29

SINDICAL

Mudanças climáticas (CUT Nacional) 30/11/09.....	31
Somos fortes, somos CUT (CUT Nacional) 30/11/09.....	32
Secretaria Nacional da Juventude (CUT Nacional) 30/11/09	33
CUT no Seminário do SINAL: (CUT Nacional) 30/11/09	34
Atividade cultural (CUT Nacional) 30/11/09.....	35
Novidades do Partido da Imprensa Golpista (CUT Nacional) 30/11/09	36
Taubaté (CUT Nacional) 30/11/09	37
Em São Paulo (CUT Nacional) 30/11/09	38
Redução da jornada (CUT Nacional) 30/11/09	38
Organização (CUT Nacional) 30/11/09	39
Integração (CUT Nacional) 30/11/09.....	39
UNICAMP: Seleção para o Curso de Especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo (CUT Nacional) 30/11/09	41
Estrutura do Curso	41
Recuperação da indústria pós-crise está consolidada, diz FGV (CUT Nacional) 30/11/09.....	43
Lula reafirma que Brasil não vai reconhecer eleições realizadas em Honduras (CUT Nacional) 30/11/09.....	44
Sinsep participa da Conferência Municipal das Cidades (CUT Nacional) 30/11/09	45
Resultados oficiais confirmam vitória de Pepe Mujica no Uruguai (CUT Nacional) 30/11/09	46
8º Congresso elege nova direção da FETEC/CUT-SP (CUT Nacional) 30/11/09.....	47
Metalúrgicos de Salto (SP) apresentam balanço das atividades e orçamento para 2010 (CUT Nacional) 30/11/09	48
Entrada de dólar especulativo é recorde em outubro: US\$ 17,119 bilhões (CUT Nacional) 30/11/09	48
Petroleiros do setor privado de Linhares (ES) completam 15 dias de greve (CUT Nacional) 30/11/09	49
CNTE promove nas escolas dia de combate à DST/AIDS (CUT SP) 30/11/09	49

CPI pede investigação sobre diretor da Aneel (Folha de SP) 01/12/09

Relatório final de comissão que investiga tarifas de energia quer que Ministério Público apure se Nelson Hubner cometeu prevaricação

Primeira versão era mais incisiva em relação a diretor e pedia indiciamento por prevaricação; Aneel não comenta relatório

HUMBERTO MEDINA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O relatório final da CPI das Tarifas de Energia pede ao Ministério Público Federal que apure se o atual diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Nelson Hubner, cometeu ato de prevaricação (crime contra a administração pública) e investigue se todos os ex-diretores e ex-superintendentes praticaram tráfico de influência. Em relação ao atual diretor, o motivo é o fato de a agência não ter informado à CPI o volume total das perdas que os consumidores tiveram com o erro na forma de cálculo do reajuste de tarifa. Procurado, Hubner não quis se manifestar. O TCU (Tribunal de Contas da União) estima que a perda seja de R\$ 1 bilhão por ano.

Na primeira versão do relatório, a CPI era mais incisiva em relação a Hubner e pedia ao Ministério Público o seu indiciamento por prevaricação. Depois, houve acordo com deputados da base do governo para que o texto fosse suavizado.

A CPI chegou à conclusão de que a forma como a Aneel calcula o reajuste "remunera ilegalmente as concessionárias em detrimento do interesse público" e que há "desequilíbrio em favor das concessionárias".

O erro é uma falha nos contratos de concessão, assinados nos anos 1990, que permite que as distribuidoras fiquem com todos os ganhos relativos aos crescimento do seu mercado, sem dividi-los com os consumidores. No relatório, consta determinação para que a agência reguladora desenvolva, em 60 dias, mecanismo de devolução do que foi pago a mais. No caso dos ex-diretores e ex-superintendentes, a CPI avalia que ex-dirigentes da agência reguladora participaram de decisões favoráveis a empresas nas quais foram trabalhar depois que deixaram o órgão regulador.

"A CPI identificou que existe uma relação no mínimo promíscua entre os ex-dirigentes da Aneel e as empresas do mercado", escreveu o deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ), relator da comissão.

De acordo com o relatório da CPI, a Aneel e o Ministério de Minas e Energia terão prazo de 30 dias para explicar sua "inação" em relação às perdas impostas aos consumidores. Além disso, a agência reguladora terá 30 dias para calcular quanto já foi pago a mais e divulgar seus cálculos na internet.

A assessoria de imprensa da Aneel informou que Hubner não iria comentar o relatório.

Perdas técnicas

Além da falha no contrato, a CPI concluiu que houve perdas impostas aos consumidores na forma como as distribuidoras repassam para as tarifas as chamadas perdas "não técnicas" (furto de energia, ou "gato").

De acordo com o relatório, a "Aneel eliminou praticamente todos os riscos das distribuidoras. Até os erros de leitura dos medidores de energia cometidos pelos empregados das concessionárias foram repassados para as tarifas". Os deputados concluíram que "a Aneel confundiu diminuição de riscos com eliminação de riscos".

Em relação às perdas "não técnicas", a CPI propõe que seu repasse à tarifa seja eliminado. Em relação às perdas técnicas (operacionais), a proposta é que o repasse seja congelado no nível atual.

A CPI propôs que seja criado um Conselho de Agências Reguladoras Federais, com representantes do Congresso, do Poder Executivo e do órgãos de defesa do consumidor, com poderes para anular atos regulatórios das agências.

Frase

"A CPI identificou que existe uma relação no mínimo promíscua entre os ex-dirigentes da Aneel e as empresas do mercado"

ALEXANDRE SANTOS
relator da CPI

saiba mais

Erro na conta de luz pode se repetir em 2010 (Folha de SP) 01/12/09

AGNALDO BRITO
DA REPORTAGEM LOCAL

A falha na metodologia de cálculo do reajuste tarifário das contas de luz revelou a fragilidade da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). O caso caminha para um desfecho inédito. Mesmo após as autoridades admitirem a falha, os

consumidores podem continuar a ter os reajustes errados em 2010. Isso porque a Aneel alega que nada pode fazer sem a anuência voluntária das distribuidoras.

Revelada pela Folha, a distorção em favor das distribuidoras é originária do primeiro contrato de concessão. Elaborada no governo Fernando Henrique Cardoso, a fórmula que hoje transfere R\$ 1 bilhão dos consumidores para as concessionárias por ano, segundo cálculos do TCU (Tribunal de Contas da União), constava já do contrato de privatização da Light.

Segundo a própria Aneel, a cláusula falha foi replicada em todos os outros contratos que vigoram hoje, tanto para empresas privadas quanto para estatais.

O governo sabia do problema há dois anos e não conseguiu costurar uma saída, mesmo sob pressão do TCU, que publicou o acórdão 2.210 no ano passado pedindo correção para a "falha grave" nos contratos.

A Aneel descobriu o problema em 2007, mas informou o governo apenas em novembro de 2008.

A Aneel chamou uma consulta pública a fim de chegar a um termo aditivo ao contrato de concessão a partir do qual eliminaria a distorção. Mas não há garantia de que isso prospere.

Contrariando a opinião do governo federal e a compreensão dos órgãos de defesa do consumidor, a agência alega que não tem poderes para impor o ajuste no contrato unilateralmente.

O caso começa a ganhar aspectos inéditos na história do país e revela como uma das principais agências de regulação do país (encarregada de um serviço essencial) se tornou impotente diante do episódio.

Comissão quer punir empresas (Folha de SP) 01/12/09

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A CPI recomendou que o governo inicie processo para declarar a caducidade (extinção do contrato) da concessão das distribuidoras de energia elétrica que não quiserem ressarcir seus consumidores pelo valor cobrado a mais nos últimos anos. Além disso, o relatório recomenda que o governo não renove os contratos com as distribuidoras a partir de 2015, faça novas licitações e barre a participação dos atuais concessionários.

A legislação (lei 8.987/ 95) estabelece sete casos em que pode haver caducidade, entre eles a possibilidade de a concessionária "descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão".

A CPI ressaltou que o contrato assegura o direito do usuário de receber ressarcimento de perdas.

"Face ao descumprimento das obrigações legais e contratuais, a CPI recomenda que inicie-se o processo de declaração de caducidade da concessão, tendo em vista a inexecução parcial do contrato na parte referente ao relacionamento com os consumidores das distribuidoras que se recusem a cumprir a obrigação legal e contratual de restituir o prejuízo", escreveu o relator.

Muitos dos contratos na época da privatização vencem a partir de 2015 (35% da energia vendida).

Tanto a decisão de abrir um processo de caducidade como as condições para renovação dos contratos de concessão são do Ministério de Minas e Energia, que, procurado, não se pronunciou.

A Copa do Mundo do Clima (Folha de SP) 01/12/09

BENJAMIN STEINBRUCH

Para o Brasil, é inaceitável qualquer acordo em Copenhague que comprometa o crescimento econômico

A JULGAR pela mobilização da mídia internacional, a conferência de Copenhague, que começa na próxima semana, será uma espécie de Copa do Mundo do Clima. O mundo olhará para a Dinamarca, mas, diferentemente do que ocorre nas Copas, terá dificuldade de compreender o andamento dos jogos e saber quem são os vencedores.

É oportuno lembrar, portanto, as bases da discussão de Copenhague. Os cientistas estão certos de que a temperatura média do planeta Terra vem aumentando de forma significativa desde o advento da revolução industrial, no fim do século 19.

Ninguém mais discute que esse aquecimento tem sido provocado principalmente pelo lançamento de gases na atmosfera por indústrias, meios de transporte, geração de energia a partir da queima de combustíveis fósseis e desmatamento.

Desde o começo da era industrial, dizem os cientistas, a emissão de gases, notadamente de dióxido de carbono e metano, provocou um aquecimento de 0,8C na temperatura média do planeta. Se esse aquecimento continuar, haverá uma sequência de desastres ambientais que poderão até exterminar a vida no planeta. Alguns desses efeitos já estariam sendo sentidos: secas, furacões, desertificação, enchentes, degelos e elevação do nível dos mares.

Os cientistas estabeleceram um número mágico. Segundo eles, o clima na Terra só continuará seguro se o aumento da temperatura média não passar de 2°C.

Toda a discussão do aquecimento global parte desse limite. Os países ricos assinaram em 1997 o Protocolo de Kyoto, pelo qual se comprometeram em reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 5,2% até 2012, tendo por base os níveis de 1990. A meta, porém, mostrou-se insuficiente e nem foi levada a sério por todos os países -os EUA, por exemplo, nem ratificaram o acordo.

Na reunião da próxima semana, em Copenhague, pretende-se negociar metas mais ambiciosas para o período pós-2012. Estarão em lados opostos, sem dúvida, os países ricos e os emergentes. Para reduzir emissões e mitigar seus efeitos, é preciso conter o crescimento econômico e aportar recursos financeiros.

Brasil, China e Índia, por exemplo, vão sustentar a ideia de que cabe aos países desenvolvidos arcar com a maior parte dos custos da redução das emissões. Afinal, foram eles que enriqueceram aquecendo o planeta desde o fim do século 19 -emitiram gases industriais sem nenhuma restrição e devastaram suas florestas naturais. Agora precisam pagar a conta.

Os emergentes, naturalmente, não podem fugir de suas responsabilidades. Mas suas metas devem ser diferenciadas para que possam continuar a busca do desenvolvimento e da riqueza. Usar o pretexto do aquecimento para congelar os níveis atuais de desigualdade mundial seria uma atitude ao mesmo tempo desonesta e cruel.

No caso do Brasil, deve-se ter em conta também que, em razão de sua matriz hidrelétrica e do potencial produtor de biocombustíveis, o país tornou-se baixo emissor de gases de efeito estufa. Cerca de 45% das fontes de energia no país são renováveis, em comparação com 12% na média mundial e apenas 6% nas nações ricas.

Para o Brasil, portanto, é inaceitável qualquer acordo que comprometa o crescimento econômico -esse deveria ser um princípio básico dos negociadores do país em Copenhague. Há uma vasta lista de ações ambientais que o país pode realizar sem afetar seu ritmo de desenvolvimento. A principal delas, certamente, é o controle do desmatamento da Amazônia.

BENJAMIN STEINBRUCH, 56, empresário, é diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, presidente do conselho de administração da empresa e primeiro vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

bvictoria@psi.com.br

Petrobras trava renovação com distribuidoras de gás (Folha de SP) 01/12/09

Negociação sobre acordos que vencem em 2012 não avança por indefinição de preço

Empresas pressionam para baixar custo do insumo, hoje um dos mais altos do mundo, enquanto estatal aguarda o reaquecimento da demanda

LEILA COIMBRA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

As 27 distribuidoras de gás natural do país não estão conseguindo renovar seus contratos de compra do insumo com a Petrobras, a única fornecedora nacional.

Todos os contratos de compra e venda de gás nacional vencem em 2012 e representam quase 50 milhões de metros cúbicos diários, um volume maior do que todo o consumo atual, que está na casa dos 36 milhões de metros cúbicos por dia depois do impacto da crise mundial, agravada em setembro do ano passado.

Apenas a Gasmig, distribuidora de gás de Minas Gerais, que possui contratos com vencimento em 2020, e o volume importado pelo gasoduto Bolívia-Brasil, cujo contrato é diferenciado, são exceções.

As indefinições com relação ao preço do gás -um dos mais caros do mundo, conforme a Folha publicou ontem- nos futuros contratos já começam a prejudicar os planos de expansão de indústrias que dependem da matéria-prima.

O caso mais grave é na Bahia, que tem novos projetos na área química e de fertilizantes sob risco de ficarem paralisados.

Indústrias como Braskem, Dow e Gerdau já demonstraram interesse em adquirir gás natural a partir de 2012 da Bahiagás, distribuidora local, porém sem sinalização de preço para os contratos futuros.

No Rio, empresas como CSN e Quattor já procuraram as distribuidoras locais de gás natural, sem sucesso. A Comgás, distribuidora de gás paulista, tentou negociar os contratos a partir de 2012 com a Petrobras, mas não conseguiu dar andamento ao processo.

Os contratos atuais duram por mais dois anos e, a rigor, ninguém é obrigado a renegociar nada muito antes do vencimento. Mas a Petrobras vem postergando as conversas porque o momento atual é altamente desfavorável a ela. O preço médio do gás que ela vende às distribuidoras nos contratos atuais está em US\$ 8,70 por milhão de BTU (unidade de medida do setor).

Mas, desde o fim do ano passado, com o impacto da crise mundial na indústria, o consumo de gás no país sofreu uma retração de 28% e as sobras atuais estão sendo queimadas pela Petrobras nos seus poços de produção ou então sendo

vendidas em leilões por valores entre US\$ 4 e US\$ 5, aproximadamente, preços muito inferiores aos fixados nos contratos atualmente em vigor.

Enquanto as distribuidoras querem renovar agora, no atual cenário de sobra de gás, a Petrobras quer deixar para 2010 ou até mesmo 2011 a negociação. Até lá essa sobra desaparecerá e o preço mais alto seria então justificado.

"As empresas de gás estão conversando com a Petrobras, mas ninguém conseguiu nenhuma definição de preço até agora. Isso traz incertezas aos investidores", diz o presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Armando Martins Laudorio.

A solução, na visão do executivo, seria uma regulamentação da nova Lei do Gás (sancionada no ano passado), possibilitando a competição. Então, outros agentes poderiam acessar os citygates (canalizações que distribuem o gás para as empresas), que hoje estão sob monopólio da Petrobras.

Ricardo Lima, presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), que reúne empresas como Vale, Alcoa, CSN e Braskem, diz que cerca de dois terços de todo o volume de gás contratado pelas empresas da associação vencem em 2012 e, desse total, cerca de dois terços ainda não foram renovados.

Ministro defende que insumo seja mais barato (Folha de SP) 01/12/09

DA REPORTAGEM LOCAL

O ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, disse ontem, em São Paulo, que o preço do gás natural consumido por parte do setor industrial deveria cair.

"[A indústria] tem razão de se queixar. [O preço] está muito alto", declarou, na saída do 8º Construbusiness (Congresso Brasileiro da Construção).

Consumidores e distribuidores de gás afirmam que a política de preço adotada hoje pela Petrobras representa um freio para investimentos e que grande quantidade do combustível é queimada nas plataformas da estatal.

Segundo dados do próprio governo, a média diária de queima em 2009 foi de 9,8 milhões de metros cúbicos por dia, mais de 80% do que o distribuído pela Comgás, a maior distribuidora do combustível no país.

Embora tenha endossado as críticas feitas pela indústria, o ministro disse que sua pasta não se envolverá no tema. "O meu ministério não pode fazer nada, isso é com o Ministério de Minas e Energia. É ele que regula isso."

Questionado se tem levado isso ao colega de governo, Edison Lobão, de Minas e Energia, Jorge disse que não. Ele afirmou ainda que o governo não pretende mais prorrogar a desoneração de IPI para nenhum setor da economia. (AGNALDO BRITO)

Pivô das denúncias envolve PSDB no "mensalão do DEM" (Folha de SP) 01/12/09

Durval Barbosa afirma que tucano atuava na coleta e na distribuição de propina

Acusado de participação no esquema, presidente do PSDB no DF nega acusações e diz que atuou como "amigo" de Arruda na disputa de 2006

HUDSON CORRÊA
FERNANDA ODILLA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Pivô das denúncias do "mensalão do DEM", o ex-secretário de Relações Institucionais do Distrito Federal Durval Barbosa acusa o PSDB de também participar do esquema de caixa dois que teria sido montado pelo governador José Roberto Arruda (DEM) durante a campanha eleitoral de 2006.

Quem atuou pelos tucanos na coleta de propina e distribuição do dinheiro a aliados políticos, segundo Barbosa, foi o próprio presidente da legenda no DF, Márcio Machado.

Filiado ao PSDB há 14 anos, Machado assumiu a Secretaria de Obras do governo do DF quando Arruda tomou posse. Ele era cotado para ser candidato ao Senado na chapa que uniria DEM, PSDB e PMDB.

À Polícia Federal, o ex-secretário Barbosa afirmou que Arruda irrigou sua campanha com dinheiro de empresas fornecedoras do governo. Teriam sido arrecadados ilegalmente de 2004 a 2006 R\$ 56,5 milhões em contratos da Codeplan (Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central), empresa do governo então sob comando de Barbosa.

Em depoimento ao Ministério Público do DF, em 16 de setembro, Barbosa disse que o presidente do PSDB-DF ia às vezes até a sua casa para tratar do dinheiro da propina. O ex-secretário mencionou aos promotores três pagamentos supostamente feitos pelo tucano: R\$ 6 milhões para o deputado Benedito Domingos (PP); R\$ 200 mil para Adalberto Monteiro, presidente local do PRP; e R\$ 100 mil para Omar Nascimento, que comanda o diretório regional do PTC.

"Foram entregues outros tantos [reais] a partidos ainda menores", disse Barbosa. Segundo ele, o dinheiro vinha de empresas de informática.

O presidente do PSDB nega as acusações. Disse que atuou "como amigo" de Arruda na campanha. Em 2006, Machado havia se licenciado do PSDB para apoiar Arruda porque a tucana Maria de Lourdes Abadia resolvera tentar a reeleição. A Executiva Nacional do PSDB se reúne hoje para avaliar se deixa ou não o governo do DF. Além de Machado, é filiado ao partido o irmão de Barbosa, o deputado distrital Milton Barbosa.

Até sexta-feira secretário de Relações Institucionais, Barbosa passou a colaborar em setembro com a Justiça e chegou a gravar, em 21 de outubro passado, uma conversa com Arruda em que o assunto era supostamente a partilha de propina. Após o depoimento ao Ministério Público, Barbosa prestou uma série de informações à PF. Disse que o esquema de captação de propina em 2006 continuou com Arruda no cargo de governador. O dinheiro, segundo ele, era usado para comprar apoio de deputados da "base aliada", o que passou a ser chamado de "mensalão" do DEM.

O ex-colaborador de Arruda afirmou que pegava o dinheiro e entregava, por ordem do governador, as seguintes quantias: R\$ 50 mil por mês a Leonardo Prudente (DEM), presidente da Câmara Legislativa, e mais R\$ 30 mil, cada, para os deputados Júnior Brunelli (PSC), Benício Tavares (PMDB), Eurides Brito (PMDB) e a mesma quantia para o ex-deputado Odilon Aires.

Com base nos depoimentos e gravações de vídeo, a PF deflagrou na sexta-feira passada a Operação Caixa de Pandora, que cumpriu 16 mandados de busca e apreensão em gabinetes de deputados, em empresas e em um anexo da residência oficial do governador.

Otimismo de empresários retoma o nível pré-crise (Folha de SP) 01/12/09

Em novembro, Índice de Confiança da Indústria teve décima alta consecutiva

Resultado foi puxado pelo mercado interno e confirma que o "processo de pessimismo já acabou", diz economista da Unicamp

Operário trabalha em fábrica da siderúrgica Arcelor, em Vitória (ES); indústria mostra mais confiança

PAULO DE ARAUJO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O Índice de Confiança da Indústria, que mostra o grau de otimismo do empresariado, retornou ao patamar pré-crise em novembro, após registrar sua décima alta consecutiva.

No mês passado, o ICI, medido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), alcançou 109,6 pontos -no dado com ajuste sazonal- o melhor resultado desde setembro de 2008, considerado o marco do agravamento da crise global.

De acordo com o economista da FGV Aloisio Campelo, os empresários entraram agora em um "quadrante de bastante otimismo" em razão da recuperação econômica.

"A economia brasileira está exibindo sinais de saúde, especialmente nos segmentos ligados ao mercado interno", afirmou Campelo.

No mês passado, o índice teve alta de 35,1% ante o mesmo mês de 2008, o maior crescimento desde 2004, segundo a FGV. O pico do ICI foi registrado em novembro de 2007, com 116,9 pontos, na esteira da trajetória de crescimento econômico iniciada em 2004.

Tanto o índice de situação atual como o índice de expectativas -que compõem o ICI- tiveram alta. O primeiro subiu de 105,1 pontos para 108,1 pontos entre outubro e novembro, enquanto o segundo, que mede a avaliação sobre o futuro, passou de 109 para 111.

Para Campelo, o resultado de novembro reflete a pujança do mercado interno, estimulado pelo ganho na massa salarial e por incentivos fiscais, como a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incidente sobre veículos, eletrodomésticos, móveis e materiais de construção.

Julio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, afirma que o "processo de pessimismo já acabou". Ele ressalta, porém, que há exceções.

Uma delas é a indústria de bens de capital, que ainda sofre os efeitos da crise. O faturamento do setor teve em outubro queda de 10% em relação a setembro, após registrar dois meses de alta. Com o resultado, a Abimaq (que reúne os fabricantes de máquinas e equipamentos) revisou para baixo as projeções para a retração no ano, de 15% para 20%.

"Esse setor ainda amarga um processo complicado e é uma exceção importante", afirmou o professor da Unicamp.

Expectativas

Para Campelo, o mercado interno continuará a ter papel preponderante na recuperação da economia na passagem de 2009 para 2010, mas a demanda externa deve voltar a ter maior influência.

"Nos meses passados, a recuperação foi baseada quase totalmente no mercado interno. Acredito que o mercado externo possa ter em meados de 2010 uma contribuição maior."

Para os próximos seis meses, 57,7% dos entrevistados preveem melhora na situação dos negócios, de acordo com a pesquisa da FGV. "A pesquisa mostra que os empresários têm boa avaliação do presente, mas estão vendo condições ainda melhores para o futuro", diz Gomes de Almeida.

Falta de obras derruba taxa de investimento, aponta o BNDES (Folha de SP) 01/12/09

Aportes para a área de construção estão abaixo da média mundial, diz estudo

SAMANTHA LIMA
DA SUCURSAL DO RIO

A limitada oferta de crédito imobiliário e a queda dos investimentos públicos em infraestrutura são responsáveis pela baixa taxa de investimentos produtivos na economia brasileira. Nesse indicador, o país está pior do que as médias mundiais e dos emergentes, aponta estudo da área de pesquisas econômicas do BNDES.

O indicador é importante porque aponta a capacidade da economia de crescer nos próximos anos, com base em investimentos já realizados em construção e na aquisição de máquinas e equipamentos.

Um ranking elaborado pelo banco mostra que os 16,4% de taxa de investimento do Brasil em relação ao PIB o deixa muito atrás dos 42,8% da China, dos 21,6% da média mundial e dos 19,2% dos EUA.

A análise tem como base dados de 2006, devido à dificuldade de comparação com outros países. Mas, segundo o banco, não houve mudança significativa, já que, em 2008, a taxa de investimento do país foi de 19%, o que ainda o deixa entre os que menos investem. Também não considera os efeitos da crise.

"A razão para a taxa de investimento no Brasil se situar abaixo da média mundial está no reduzido valor dos dispêndios em construção", aponta o estudo. Os técnicos observaram que a tendência de investir proporcionalmente mais em máquinas e menos em construção acentuou-se nos últimos dez anos.

Eles relativizam, porém, a condição de "lanterna" do Brasil no grupo analisado. Isso porque, segundo eles, o Brasil tem uma "produtividade dos investimentos" superior à média -ou seja, esse tipo de investimento é capaz de gerar mais crescimento na economia.

O economista Istvan Kaszner, da Fundação Getúlio Vargas, avalia de forma diferente. "Indicadores internacionais mostram que a produtividade do investimento no país vai mal, na comparação com outros países."

BANCOS

Presidente do BNDES diz que lucro no ano pode superar R\$ 4 bi (Folha de SP) 01/12/09

DA SUCURSAL DO RIO

O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Luciano Coutinho, afirmou ontem que o lucro do banco neste ano poderá ultrapassar os R\$ 4 bilhões. Segundo ele, o resultado será "um pouquinho menor" do que o de 2008, quando ficou em R\$ 5,3 bilhões.

"Já estamos perto de R\$ 4 bilhões. Poder ser que a gente ultrapasse [esse valor]", afirmou.

No primeiro semestre, o resultado foi de apenas R\$ 702 milhões, 83% abaixo do verificado no mesmo período de 2008.

Os motivos apontados então foram o aumento de provisões de risco de crédito e o menor volume de transações de renda variável devido à crise econômica. O presidente não explicou quais fatores colaboraram para a recuperação.

Coutinho também disse que a oferta de R\$ 1 bilhão em debêntures realizada pela BNDESPar, empresa de participações do BNDES, visa contribuir para o desenvolvimento desse mercado no país. Como o papel do banco é mais líquido e tem um prazo longo, ele ajuda a formar a curva de juros das debêntures do setor privado.

"O nosso objetivo aqui não é fazer "funding" para o BNDES, dado que o valor é relativamente pequeno, mas sim ajudar o desenvolvimento do mercado", afirmou.

As declarações de Coutinho foram dadas na Fiocruz, no Rio, onde assinou termo para discutir formas de apoio do banco à fundação, ligada ao Ministério da Saúde. A ideia é que, além dos desembolsos do Funtec (Fundo Tecnológico), a fundo perdido, o BNDES possa realizar empréstimos para financiar parte dos investimentos previstos pela fundação para os próximos cinco anos, da ordem de R\$ 1 bilhão. Um dos objetivos é transformar a Fiocruz em um "canteiro de sementes" para criar empresas inovadoras.

"Hoje, no formato institucional existente no Brasil, isso [o financiamento de unidades produtivas da Fiocruz] não é possível. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, nós só podemos apoiar empreendimentos da área pública que não sejam dependentes de transferências do Tesouro nacional", explicou.

Aliado de Arruda, secretário do PPS é acusado em vídeo da propina (O Estado de SP) 01/12/09

Diretora de empresa diz que integrante do partido pediu dinheiro para manter contrato com Secretaria da Saúde

Leandro Colon, BRASÍLIA

A investigação do "mensalão do DEM", no Distrito Federal, inclui um vídeo em que a diretora de uma empresa acusa o PPS de praticar chantagem e pedir propina para manter um contrato de R\$ 19 milhões com a Secretaria de Saúde, comandada pelo deputado Augusto Carvalho, filiado ao partido. Parte do dinheiro, segundo o diálogo, teria sido destinada ao presidente da legenda, ex-deputado Roberto Freire (SP).

unciou ontem a saída da gestão do governador José Roberto Arruda (DEM), acusado de montar o esquema de corrupção que arrecadava propinas e distribuía o dinheiro entre secretários e deputados distritais da base aliada.

A declaração que compromete o partido foi feita pela diretora comercial da Uni Repro Serviços Tecnológicos Ltda, Nerci Soares Bussamra, em conversa com Durval Barbosa, então secretário de Relações Institucionais do governo e autor da gravação obtida pelo Estado.

No diálogo, ela afirma que Fernando Antunes, presidente do PPS-DF e subsecretário de Saúde, achou a empresa por meio de uma auditoria nos contratos e pediu dinheiro para o PPS. Segundo ela, Antunes afirmou: "Eu só queria que vocês ajudassem o partido." A Uni Repro recebe R\$ 1,6 milhão por mês para prestar serviços gráficos à pasta da Saúde.

No vídeo, Barbosa - demitido sexta-feira, após a revelação de que havia resolvido colaborar com a investigação da Polícia Federal - pergunta a Nerci: "Mas quem é que recebe o dinheiro?" Ela responde: "Ele mesmo. Ele e o irmão dele." Barbosa volta a indagar: "O Antunes?" E ela repete: "Ele e o irmão."

O então secretário de Relações Institucionais pergunta sobre quem faz o pagamento. "Eu e, às vezes, até o dono em São Paulo já fez, porque ele (Antunes) tem o partido lá, né?", diz Nerci. Logo depois, ela cita Freire. "Na última conversa que eu tive com ele (Antunes), ele pediu dinheiro para o partido dele, né, para ajudar o Freire em São Paulo e eu não disse não pra ele." Em outro vídeo, a empresária entrega uma sacola de loja de sapatos para Barbosa com maços de notas de R\$ 100 e R\$ 20. Após a contagem do dinheiro, ela deixa o local. Barbosa então se vira para a câmera de vídeo e mostra uma caixa com a dinheirama.

"DAR UMA FREADA"

Após o encontro com Nerci, Barbosa, de acordo com o inquérito, procurou Arruda no dia 21 de outubro e reclamou da posição do PPS, que teria montado, de conforme o delator, um esquema próprio de arrecadação de recursos ilícitos, atrapalhando os planos do DEM.

"Cê tem de pegar o Antunes e dar uma freada", diz Barbosa a Arruda, conforme transcrição do inquérito. "Também acho", responde o governador. Arruda afirma, então, que gostaria de mudar o comando da secretaria. Barbosa destaca: "O Augusto mais o Antunes tomaram muito dinheiro dela, muito." E completa: "Sei que andaram tomando tudo quanto é dinheiro da mulher e da empresa lá."

Em outro depoimento, Barbosa relata ainda que Carvalho, Antunes e o empresário Alcyr Collaço dividiam uma propina de R\$ 60 mil mensais por meio de um contrato de atendimento telefônico com a empresa Call Tecnologia, prestadora de serviços à Secretaria de Saúde, mas contratada pela estatal Codeplan.

Procurado pelo Estado, Antunes confirmou conhecer Nerci. "Encontrei com ela por duas ou três vezes na secretaria", disse. Mas negou a afirmação de que pediu dinheiro para ajudar o PPS e o presidente da legenda. "Não existe essa possibilidade. Desconhecemos isso. Está ficando evidente que o Durval tinha esse vídeo para mandar recados", afirmou. Segundo Antunes, a secretaria chegou a reduzir o valor do contrato com a Uni Repro. "Eu podia apertar e pedir dinheiro diminuindo a fatura?"

Freire afirmou que também desconhece o conteúdo das acusações. "Não tenho nada com isso. Não autorizei ninguém a usar meu nome para pedir dinheiro", reagiu o presidente do PPS. A reportagem ligou duas vezes para o celular de Carvalho, deixou recado, mas não teve resposta até fechamento da edição.

BB vai investir R\$ 800 milhões em SP (O Estado de SP) 01/12/09

Banco incorpora a Nossa Caixa e inicia projeto Estratégia São Paulo, que prevê mais agências e mais funcionários

Leandro Modé

Com a incorporação definitiva do Banco Nossa Caixa, cujo CNPJ foi oficialmente extinto ontem, o Banco do Brasil (BB) põe agora em prática um projeto batizado de Estratégia São Paulo. Pelo plano, que será oficialmente anunciado hoje, o BB investirá R\$ 800 milhões no Estado nos próximos cinco anos.

O dinheiro será distribuído, basicamente, em três frentes: renovação do parque tecnológico (envolvendo as instalações da Nossa Caixa), abertura de mais agências e melhora da infraestrutura geral do banco em São Paulo, o que inclui a contratação de mais funcionários.

"Com isso, queremos consolidar nossa posição de liderança no Estado em todos os principais indicadores da atividade bancária", afirmou o presidente do BB, Aldemir Bendine. Hoje, o banco controlado pelo governo federal lidera, por exemplo, no critério de agências: 1.334.

A primeira medida prática do Estratégia São Paulo é a contratação imediata de 1.500 funcionários. São profissionais já aprovados em concursos realizados pelo BB. O plano de incentivo à aposentadoria criado pela Nossa Caixa, segundo Bendine, é voltado para funcionários de alto escalão do banco paulista. Em geral, profissionais com vários anos de casa.

Outra mudança que passa a valer já a partir de hoje é a estrutura organizacional. O BB criou para o Estado uma espécie de diretoria-espelho da sede em Brasília. No comando, ficará Dan Conrado, carioca de 45 anos, 29 deles no banco. A ele responderão outros seis executivos.

Um deles será superintendente regional da capital. Outro cuidará de Campinas. Haverá, ainda, um para Ribeirão Preto e outro para Bauru. Além deles, o BB terá um superintendente para setor público (para lidar com prefeituras, governo estadual e Poder Judiciário) e outro executivo designado apenas para a infraestrutura.

O atual presidente da Nossa Caixa, Demian Fiocca, deixará a instituição. Diferentemente do que se especulava, Fiocca não vai comandar a BBDTVM (corretora de valores do BB). O Estado apurou que ele voltará para a iniciativa privada. Procurado pela reportagem, Fiocca informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que só falará sobre o assunto hoje, em entrevista coletiva.

Embora seja o maior banco do País há décadas - a liderança foi perdida por um curto período de tempo, logo após a fusão do Itaú com o Unibanco -, o BB sempre teve presença modesta em São Paulo, como reconhece Bendine. "Éramos o quarto maior em São Paulo, até porque a sede dos nossos principais concorrentes fica no Estado", disse.

Os governos Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra acertaram, há um ano, a venda da Nossa Caixa para o BB por R\$ 7,6 bilhões - incluindo o dinheiro que foi para os cofres do Tesouro estadual e o que foi pago aos acionistas da Nossa Caixa.

Relatório de CPI recua nos ataques (O Estado de SP) 01/12/09

Presidente da CPI acusou diretores da Aneel de envolvimento com empresas, mas parecer evita citar nomes

Renato Andrade, BRASÍLIA

O relatório final da comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as tarifas de energia trouxe apenas uma recomendação genérica de investigação contra os ex-dirigentes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Apesar de o presidente da CPI, deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), ter acusado a agência de ter sido "capturada" pelas empresas que deveriam ser fiscalizadas pelo órgão, o parecer da Comissão sugeriu ao Ministério Público Federal que examinasse se os ex-dirigentes da Aneel cumpriram a quarentena antes de ingressar na iniciativa privada.

"Não queremos citar os nomes para não deixar ninguém de fora", afirmou o deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ), responsável pelo parecer de mais de 400 páginas, para justificar a decisão de não incluir pedidos de investigação específicos. Em entrevista publicada ontem no Estado, o presidente da CPI acusou ex-dirigentes da Aneel de terem saído da agência com "emprego garantido" em empresas que teriam sido beneficiadas durante sua gestão no órgão regulador. Fonte chegou a acusar nominalmente o ex-diretor-geral José Maria Abdo e o ex-procurador-geral da Aneel Cláudio Girardi, que negaram as acusações.

Mesmo não citando os supostos diretores da agência que teriam descumprido a regra da quarentena, o relator Alexandre Santos afirmou que "mais de 18" ex-integrantes da direção do órgão regulador deixaram de cumprir o período de resguardo, que segundo Santos seria de 12 meses.

Além do pedido de investigação, o relatório final da CPI também trouxe a recomendação para o ressarcimento dos consumidores de energia que pagaram nos últimos anos tarifas mais caras por causa de um erro no cálculo dos reajustes. Santos sugere que o Ministério de Minas e Energia conclua, em 30 dias, qual será a política de governo para devolver o dinheiro cobrado a mais e recomenda que a Aneel estabeleça, em 60 dias, o mecanismo de devolução. O relator propôs que o ressarcimento seja feito com dinheiro ou com compensações nas próximas contas de luz.

Até o fechamento desta edição, o parecer final da CPI ainda não havia sido votado pelos integrantes da comissão.

CONTROLE EXTERNO

No relatório, a CPI também questionou o atual grau de independência da Aneel e sugeriu um controle externo. Esse controle seria exercido pelo Congresso, com apoio do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da criação de um Conselho das Agências Reguladoras Federais. Esse grupo seria composto por dois indicados pela Câmara, dois pelo Senado, dois pelo Poder Executivo e três por órgãos de defesa do consumidor. Santos recomendou ainda ao governo que evite a prorrogação automática das concessões das distribuidoras. Segundo ele, novas licitações podem garantir mais eficiência na distribuição de energia e tarifas mais baratas.

Eletrobrás vai sanear empresas (O Estado de SP) 01/12/09

Processo de capitalização beneficiará subsidiárias

Leonardo Goy, BRASÍLIA

A Eletrobrás planeja iniciar um processo de capitalização de algumas de suas subsidiárias, como as geradoras Eletronorte e Chesf, o que deve aumentar a capacidade de investimento destas empresas. Em entrevista à Agência Estado, o presidente da Eletrobrás, José Antônio Muniz Lopes, disse ontem que a intenção é sanear as dívidas que algumas dessas empresas têm com a própria Eletrobrás, convertendo-as em capital.

A estatais do sistema Eletrobrás hoje são responsáveis por algumas das principais obras em geração e transmissão no País. A Chesf, por exemplo, está entre os sócios do projeto da hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira. Ao tornar empresas como a Chesf e a Eletronorte mais saudáveis, ainda que por meio de um recurso contábil como a conversão das dívidas em capital da holding, o governo aumenta, por exemplo, a capacidade dessas empresas de tomar recursos no mercado para bancar seus investimentos.

Entre as geradoras, Muniz disse que a Eletronorte e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) deverão passar por esse processo. "Vamos transformar as dívidas em capital", disse Muniz, ponderando que essas empresas já são 100% controladas pela Eletrobrás. Assim, a capitalização não se traduziria em emissão de ações no mercado, mas no aumento de capital da companhia.

Muniz ressalta que a principal vantagem é fazer com que a Eletrobrás passe a receber dividendos dessas empresas e não juros e serviços da dívida: "Hoje a Eletrobrás funciona quase como um banco."

Muniz esclareceu que Furnas e Eletrosul não vão precisar passar por esse processo de capitalização. Além da Eletronorte e da Chesf, deverão ter suas dívidas trocadas por capital as distribuidoras que hoje são controladas pela Eletrobrás, localizadas na Região Norte.

Para garantir que a operação resultará em pagamentos de dividendos para a holding, Muniz afirmou que será assinado um contrato de gestão entre as subsidiárias e a Eletrobrás, com metas para o desempenho financeiro e operacional para as companhias: "Vamos transformá-las em empresas saudáveis, com metas de desempenho financeiro e operacional."

Conselho contesta versão da Light para os apagões (O Estado de SP) 01/12/09

Nicola Pamplona, RIO

O Conselho de Consumidores da Light contesta as afirmações da companhia, de que foi pega desprevenida com o aumento do consumo, para justificar os apagões na região metropolitana do Rio. Segundo o presidente do conselho, Antônio Florêncio, a empresa vem recebendo, desde maio, pesquisas que apontam o crescimento nas vendas de eletrodomésticos. Florêncio avalia que a Light tem direcionado seus investimentos apenas para o combate ao furto de energia.

"O aumento do consumo não é surpresa. A Federação do Comércio (Fecomércio) vem repassando à Light dados sobre vendas de eletrodomésticos. Nos últimos meses, ventiladores e ar-condicionado estão no topo das intenções de compras", diz Florêncio. Criado em 1993, o Conselho de Consumidores é formado por associações de classe e tem como papel intermediar a relação com as distribuidoras de energia, por meio de encontros mensais.

Florêncio reconhece que a companhia vem realizando altos investimentos nos últimos anos, mas avalia que há foco excessivo na redução do furto de energia, em detrimento de reforços na expansão da rede de distribuição.

Em nota oficial, a Light afirmou que faz frequentes revisões de seu planejamento e negou a relação entre os investimentos em redução de perdas e os problemas de abastecimento das últimas semanas.

O Conselho de Consumidores propôs à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) na regularização de consumidores informais do Rio. A conta é hoje usada para financiar o programa Luz para Todos, mas, segundo Florêncio, poderia contribuir com o combate ao furto de energia no Rio.

"Os consumidores da Light contribuem com R\$ 200 milhões por ano para a CDE, mas o governo federal só repassa cerca de R\$ 10 milhões ao Estado", disse Florêncio. O índice de perdas de energia da Light é de cerca de 20%.

Um ano depois, empresas ainda descumprem lei do call Center (O Estado de SP) **01/12/09**

Para entidades de defesa do consumidor, prestação do serviço continua abaixo do desejado

Andrea Vialli e Renato Cruz

Um ano após o início da vigência das novas regras para o serviço de atendimento ao consumidor (SAC), até houve melhora nos sistemas de atendimentos das empresas, mas elas continuam abaixo do cumprimento total dos itens descritos no Decreto 6.523, que regulamentou esses serviços. De acordo com as entidades de defesa do consumidor, ainda existem falhas no atendimento, como o tempo de espera até que o consumidor seja colocado em contato com um atendente e o acesso às gravações com o conteúdo dos telefonemas.

"Houve um melhora no cumprimento da parte mais formal do decreto, como a que diz respeito à objetividade dos menus de atendimento, que devem apresentar as principais opções ao consumidor, como cancelamento de serviços e dúvidas técnicas e de cobrança", diz Estela Guerrini, advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Ela observa, no entanto, que a prestação do serviço ainda é ruim.

O Idec vem testando os serviços dos SACs desde o início do ano, para avaliar o cumprimento do decreto. Foram testados os setores de telefonia móvel, telefonia fixa, alimentos e eletroeletrônicos (esses dois últimos não fazem parte dos setores regulados pelo governo e, portanto, não respondem à lei dos SACs). "Falta treinamento. As empresas declaram que estão investindo na melhoria dos serviços, mas eles continuam deficientes para o consumidor", diz a advogada. "No caso de cancelamento de serviços de telefonia fixa, por exemplo, os atendentes ainda tentam dissuadir o consumidor de sua decisão de romper contrato."

Na avaliação de Maria Inês Dolci, coordenadora institucional da ProTeste, entidade de defesa do consumidor, praticamente não houve avanços desde a entrada em vigor das novas regras. "Os problemas de atendimento continuam existindo. É grande a resistência das empresas em melhorar de fato o serviço, pois isso demanda investimentos", diz. Segundo ela, a ProTeste investiga denúncias de que há empresas que desviam a reclamação do consumidor do SAC para as chamadas Centrais de Relacionamento, canais que não são regulamentados. "Há empresas criando subterfúgios para não cumprir a lei dos SACs e continuar deixando o consumidor sem o atendimento adequado", diz.

A Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), que reúne as empresas de call center, afirma que as companhias estão fazendo sua parte para melhorar o atendimento ao consumidor. "Somos testemunha do esforço que a maioria das empresas do setor está fazendo para que o atendimento ao consumidor seja o mais eficiente possível", afirma Jarbas Nogueira, presidente da ABT. Segundo ele, as novas regras contribuíram para um aumento de 6% no número de empregos no setor.

TEMPO DE ESPERA

Um levantamento realizado com 47 empresas de nove diferentes setores (como telefonia, aviação, financeiro e energia) pelo Instituto Brasileiro de Relações com o Cliente (IBRC) aponta que o tempo em que o consumidor é colocado em espera é o maior entrave ao cumprimento do Decreto 9.523.

"Houve avanços no cumprimento da Lei do SAC em praticamente todos os setores pesquisados, exceto telefonia móvel, que regrediu", diz Alexandre Diogo, presidente do IBRC. Segundo ele, as operadoras perderam pontos porque fazem distinção entre clientes no atendimento. "Um cliente de plano pré-pago espera até o dobro do tempo na linha em comparação a um cliente de plano pós-pago", diz.

Entre as falhas comuns a todos os segmentos pesquisados, ele aponta o tempo de espera médio, que é de três minutos, enquanto a lei determina que deveria ser de até 60 segundos. Outro ponto sensível é o fornecimento ao consumidor dos telefonemas gravados: 70% não disponibilizaram as gravações, conforme prevê a legislação.

Para Diogo, é preciso continuar fiscalizando os serviços. "As multas por descumprimento do decreto não intimidam as empresas, por isso há casos de retrocesso e descumprimento parcial da lei", diz. Segundo o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça, as multas aplicadas por descumprimento à Lei do SAC somam mais de R\$ 10,5 milhões.

NÚMEROS

R\$ 10,5 milhões

foi o total de multas aplicadas às empresas por descumprimento às novas normas dos call centers. Os setores mais punidos foram o de transportes e o de telecomunicações

R\$ 2,5 milhões

foi a multa da empresa de transportes Gontijo, a maior penalidade no ano de vigência da lei

Rio Grande do Sul volta a ter ventos fortes e temporais (O Estado de SP) 01/12/09

Sandra Hahn

Com 98 municípios em situação de emergência por causa das chuvas de novembro, o Rio Grande do Sul voltou a registrar temporais. O Estado tinha mais de 60 mil consumidores sem energia na manhã de ontem, em diferentes municípios atendidos pela AES Sul, Rio Grande Energia e Companhia Estadual de Geração e Transmissão.

Em São Borja, onde o vento derrubou três estruturas de uma linha de transmissão, 20 mil tiveram o serviço interrompido. Outros 30 mil estão sem luz na região de Santo Cristo, Três Passos e Crissiumal.

"Lula vê meio ambiente como empecilho" (O Estado de SP) 01/12/09

Guilherme Leal: co-presidente da Natura; cotado para vice diz que Marina, ao contrário do presidente, vê questão como 'oportunidade [br]de crescimento'

José Paulo Kupfer, estadao.com.br

Ninguém confirma, mas é quase um segredo de polichinelo que o empresário Guilherme Leal foi convidado pela senadora Marina Silva para vice-presidente na chapa em que ela pretende concorrer à Presidência, em 2010, pelo PV. Não é por coincidência que Leal se filiou recentemente ao partido e tem sido visto ao lado de Marina em muitas das atividades pré-eleitorais. O paulista, de 59 anos, é um dos três co-presidentes da Natura e um dos 12 brasileiros na lista de bilionários da revista Forbes. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Leia a íntegra da entrevista com o empresário Guilherme Leal

O sr. é candidato a vice na chapa da senadora Marina Silva?

Não sou candidato a vice-presidente na chapa da senadora. Sou um forte apoiador e um entusiasta da candidatura. A discussão sobre o futuro do País estava muito pobre, diante do momento de transição que o mundo vive. E o Brasil está no mundo. Precisa então, se pensar e olhar para a frente.

O sr. ainda não é candidato ou o senhor não é candidato?

O processo dirá o papel que vou desempenhar. Eu assinei uma ficha do PV e, portanto, isso tem um significado político. Estou me disponibilizando para eventualmente vir a ser candidato. Para resumir: me coloco a serviço da candidatura de Marina.

O que o levou a se filiar ao PV e se colocar a serviço da candidatura? Reafirmo que minha intenção é contribuir para uma bela discussão de país. Avançamos muito nesses 20 anos para ficarmos parados e olhando para trás. Isso, infelizmente, é o que está acontecendo. Essa é a discussão que as lideranças atuais estão propondo. Fala-se em eleição plebiscitária e isso indica que muitos estão querendo discutir o passado, porque o plebiscito olha para trás. Precisamos olhar para o futuro. Marina quer discutir o que será melhor daqui a 20 anos.

Qual é a diferença, do ponto de vista da visão do futuro do Brasil, entre Marina e o presidente Lula?

A diferença está em ver a questão ambiental como um empecilho ou uma oportunidade para o crescimento econômico. Marina vê como uma oportunidade. Lula vê como empecilho.

E que oportunidade a senadora vislumbra?

As maiores economias do mundo estão investindo numa nova fronteira tecnológica, buscam desenvolver tecnologias que permitam reduzir e, enfim, eliminar a dependência do petróleo. Dizem que as transformações que isso propiciará serão maiores do que as ocorridas com a Revolução Industrial. O Brasil ocupa uma posição absolutamente privilegiada e dispõe de um patrimônio natural que os países desenvolvidos ou nunca tiveram ou já degradaram. Temos condições excepcionais para transformar vantagens comparativas em competitivas.

Haveria outras áreas a repensar?

As questões da malha logística. Nossos sistemas de transporte estão muito longe do que se prevê para o século 21, ou seja, que consomem menos energia. É preciso planejar tudo isso e o Estado brasileiro perdeu a capacidade de planejar.

O Partido Verde é um saco de gatos, reúne gente de direita, de esquerda, com comportamento ético e nem tanto. Como se sente no PV?

Me sinto num partido imperfeito como todos e em processo de revisão e aperfeiçoamento. Para mim, é uma experiência nova. Marina lida com muita maturidade com essa questão, não se coloca como vestal. Não somos perfeitos, mas buscamos o aperfeiçoamento constante.

Planejamento e desenvolvimento (O Estado de SP) 01/12/09

Antonio Marcio Buainain*

Em suas ricas memórias, registradas no recém-lançado *A Terceira Margem* (Companhia das Letras, 2009), o professor Ignacy Sachs reflete sobre a estreita ligação entre planejamento e desenvolvimento. "Se todas as grandes empresas planejam, como imaginar um Estado privando-se de planejamento?", pergunta ele antes mesmo de avançar sua concepção de "que o planejamento devia ser estratégico, e não exaustivo, devia ser contínuo e flexível, capaz de ajustar paulatinamente seus objetivos, tomando, a cada vez, o mínimo de decisões necessárias para se manter na trajetória desejada. Disso resultava que o planejamento devia ser um diálogo e uma negociação em que intervinham todos os atores do processo de desenvolvimento."

Colocado nesses termos, o planejamento continua em grande medida ausente da vida pública brasileira. Em alguns casos, decisões de grande importância para o futuro do País são tomadas açodadamente, sem passar por um diálogo verdadeiro com a sociedade e sujeitas a negociações que mais lembram negociatas. Em outros casos, cenários prováveis sobre o futuro são simplesmente ignorados e deixados ao acaso e ao famoso "jeitinho brasileiro", traço cultural que adquiriu status de instituição.

Talvez "nunca antes" este país tenha vivido uma conjuntura em que o futuro apresente, ao mesmo tempo, tantas oportunidades para o desenvolvimento como desafios cuja superação exige planejamento. Pinço um exemplo de uma lista que facilmente excederia o espaço disponível.

O Nordeste, sempre identificado pelo atraso relativo e pela pobreza, aparece hoje como uma das áreas de maior dinamismo da economia brasileira. Apesar de as perspectivas serem, sem dúvida, positivas, o estudo Mudanças Climáticas, Migrações e Saúde: cenários para o Nordeste brasileiro 2000-2050, realizado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG e Fiocruz, indica que a região será fortemente afetada pelo aquecimento global.

Segundo estudo da Unicamp e da Embrapa responsável pelos cenários agrícolas, haverá perda significativa da oferta de terras aptas para a agricultura, que será mais drástica no Ceará (-79,6%), Piauí (-70,1%), Paraíba (-66,6%) e Pernambuco (-64,9%). Tal redução terá implicações econômicas importantes e, se nada for feito, acarretará contração significativa dos PIBs estaduais (Pernambuco, -18,6%; Paraíba, -17,7%; Piauí, -17,5%; e Ceará, -16,4%). Os municípios rurais do interior, mais voltados para o setor agropecuário, serão os mais prejudicados. A economia de Juazeiro e de Petrolina - hoje um polo dinâmico de fruticultura irrigada - será provavelmente afetada pela redução da produtividade física e/ou um aumento dos custos de produção, com efeitos multiplicadores negativos no nível da atividade econômica, do emprego e da renda das populações em todo o seu entorno.

A previsão é de uma redução de 70% dos aquíferos da região, onde vivem 20 milhões de pessoas, comprometendo o abastecimento de água potável, a produção agrícola, a geração de energia e favorecendo a disseminação de doenças, com o aumento da ocorrência de esquistossomose na Bahia, leishmaniose no Maranhão e leptospirose no Ceará e em Pernambuco. A região também perderia população, que seria obrigada a migrar por causa da falta de condições de vida e trabalho, em especial no interior.

Note-se que parte do esforço atual de desenvolvimento seria anulada e até revertida caso as previsões para 2050, que podem parecer exageradas e catastróficas - mas que infelizmente não o são -, se concretizem. Isso não ocorrerá da noite para o dia: trata-se de um processo lento, cujos efeitos vão aparecendo em doses homeopáticas, um sinal aqui e outro ali, como se fossem exceções, e que aos poucos se vão estabelecendo como novos padrões de normalidade.

Há, portanto, tempo para atuar no plano global sobre os fatores responsáveis pelas mudanças climáticas e para intervir no plano local com ações mitigadoras e compensatórias de tais efeitos. Mas há pouco tempo: em menos de 20 anos muitos dos efeitos negativos já serão notáveis e estarão afetando o dia a dia de milhões de pessoas.

Duas coisas são certas: os bons ventos que hoje movem a economia do Nordeste não serão suficientes para evitar essas previsões e, sem planejamento e ações efetivas, as mudanças climáticas vão soprar para longe o desenvolvimento tardio da região. É nesse sentido que Sachs sustenta que o planejamento e o desenvolvimento são indissociáveis.

*Antonio Marcio Buainain é professor do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: buainain@eco.unicamp.br

Clima: Estimativa inclui estragos na agricultura, rede de energia, estradas, pontes e prédios

Temporais já causam prejuízo de R\$ 4,5 bilhões no Rio Grande do Sul (Valor Econômico) 01/12/09

Sérgio Bueno, de Porto Alegre

Em Cachoeira do Sul, as águas do Rio Jacuí invadiram casas e plantações de arroz: 98 prefeituras gaúchas já decretaram situação de emergência

Os sucessivos e violentos temporais registrados nos últimos dois meses, com ventos que chegaram a passar de 100 quilômetros por hora, enchentes e queda de granizo, já causaram prejuízos de R\$ 4,5 bilhões para o Rio Grande do Sul, segundo a Defesa Civil do Estado. A estimativa, que inclui os estragos provocados na agricultura, nas redes de energia, estradas, prédios públicos e residências particulares, supera em mais de seis vezes a projeção de R\$ 700 milhões em investimentos do governo gaúcho com recursos do Tesouro (excluindo as estatais) em 2009 e em 3,6 vezes o orçamento original para o período, que era de R\$ 1,25 bilhão.

"E a conta está aumentando", afirma o coordenador da Defesa Civil, coronel Joel Prates Pedroso. De acordo com ele, uma avaliação mais precisa dos danos será possível quando o nível dos rios baixar nas diversas regiões do Estado que sofrem com as enchentes. No sábado, depois de sobrevoar algumas áreas atingidas, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou a liberação imediata de R\$ 162 milhões para o Estado, que serão utilizados em ações de socorro às vítimas e na recuperação de escolas e hospitais, além do envio de medicamentos.

Conforme o chefe do 8 Distrito de Meteorologia do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Solismar Prestes, em algumas regiões o volume de chuva em novembro chegou a superar em mais de quatro vezes a média histórica de

cerca de 150 milímetros. A causa, explica, é o fenômeno El Niño, que provoca o aquecimento do Oceano Pacífico e aumenta os níveis de umidade no sul do país. Agora, a intensidade da chuva deve cair um pouco em dezembro e retornar aos níveis normais em janeiro e fevereiro, adianta.

Entre a noite de domingo e a madrugada de ontem novos temporais atingiram o centro, norte, noroeste e oeste do Estado. No município de Santo Cristo, a 540 quilômetros de Porto Alegre, cerca de 90% das casas da área urbana foram destelhadas, segundo a Brigada Militar. Conforme a Defesa Civil, 98 prefeituras gaúchas já decretaram situação de emergência. O número de desabrigados e desalojados chega a 17,2 mil pessoas, enquanto 15,9 mil casas foram danificadas e quase 300 destruídas. Nas últimas duas semanas também morreram oito pessoas em consequência das tempestades.

"O estrago é imenso", afirma o secretário de Obras do governo estadual, José Carlos Breda. Segundo ele, pelo menos 71 prédios públicos, a maior parte escolas, já foram danificados pelos temporais. A recuperação vai custar

R\$ 12 milhões e a secretaria também está fazendo o desassoreamento de vários rios na tentativa de conter as enchentes. Conforme o secretário de Infraestrutura, Daniel Andrade, um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades do interior é o isolamento provocado pela destruição de estradas vicinais e de pequenas pontes de madeira.

A situação das estradas pavimentadas também é preocupante, já que as inundações podem facilmente deteriorar o asfalto, explica Andrade. Pelo menos quatro rodovias estaduais e duas federais estão interditadas há vários dias, segundo o governo gaúcho. Conforme o secretário, o Estado também enfrenta problema nas redes de distribuição de energia e ontem o número de pessoas sem abastecimento de eletricidade subiu de 48 mil para mais de 60 mil, de acordo com os dados da CEEE, controlada pelo governo estadual, da AES Sul e da RGE.

O presidente da CEEE, Sérgio Camps de Moraes, relata que 450 mil pessoas chegaram a ficar sem energia em 30 municípios atendidos pela empresa na tempestade do dia 19 de novembro. Mais de mil postes foram derrubados pela força dos ventos e até uma torre de subtransmissão de 28 metros de altura veio abaixo. Na opinião do executivo, as "contingências meteorológicas" naquele momento superaram a "capacidade de reação" da companhia, que pretende dobrar o orçamento para obras de manutenção preventiva no ano que vem em relação a 2009, para R\$ 60 milhões. "Desde o dia 19

deixamos de faturar R\$ 2 milhões com venda de energia e gastamos mais R\$ 1 milhão para recuperar as redes", calcula.

No setor primário, as tempestades alagaram 12% dos 732,4 mil hectares de arroz já plantados no Estado, o que pode provocar uma perda de até 800 mil toneladas do produto, o equivalente a 10% da safra projetada para o produto, revela o diretor-técnico do Instituto Riograndense do Arroz (Irga), Valmir Menezes. Segundo o assistente técnico regional da Emater-RS, Dulphe Pinheiro Machado Neto, o mau tempo também comprometeu a qualidade do trigo ainda por colher, equivalente a 30% da safra estimada em 1,7 milhão de toneladas, enquanto as lavouras de soja e milho tiveram o plantio atrasado, mas ainda podem se recuperar.

De Olho na Bolsa:

Dezembro deve repetir a boa história do mês (Valor Econômico) 01/12/09

Daniele Camba

O Índice Bovespa fechou novembro com alta de 8,93%, o terceiro melhor mês deste ano, perdendo apenas para abril, com valorização de 15,55%, e maio, de 12,49%. A questão agora é saber como será o último mês do ano. Para os analistas, dezembro tem grandes chances de repetir a boa história do mês ao longo dos últimos anos. Desde a criação do Plano Real, em 1994, apenas três vezes o Ibovespa caiu nos meses de dezembro. Isso ocorreu no último mês dos anos de 1994, quando o indicador caiu 6,49%, também no ano seguinte, com queda de 1,82% e em 1998 - um mês antes da maxidesvalorização do real em relação ao dólar -, quando se desvalorizou 21,40%. Até mesmo no ano passado, com o início da maior crise financeira desde 1929, o índice subiu 2,61%.



As expectativas são de que o mercado novamente tenha um desempenho positivo neste mês, mas nada que faça o investidor lambear os beiços. O Ibovespa tem condições de fechar o ano na casa dos 68 mil pontos, batendo a máxima do ano, aos 67.917 pontos, alcançados em 25 de novembro. Apesar de ser algo bastante interessante, isso significa uma alta de apenas 1,43% em relação ao fechamento de ontem, aos 67.044 pontos.

Esse potencial de valorização tímido não pode ser visto como um sinal preocupante com relação ao futuro da bolsa e da economia em 2010. Na realidade, a explicação está na própria valorização da Bovespa neste ano. Depois de o índice subir 78,55% em 2009 até o fechamento de ontem, resta muito pouco espaço para altas gordas.

Os investidores que conseguiram abocanhar ao menos uma parte de todo esse ganho dificilmente vão se arriscar fazendo novas operações em bolsa aos 45 minutos do segundo tempo. No caso dos estrangeiros, os ganhos são ainda maiores, portanto, a tentação de não fazer nada também. O Ibovespa registra uma valorização em dólar no ano de 138,37%.

O mercado também deve perder volume e um pouco de emoção neste mês, já que o ano termina em novembro para muitas gestoras de recursos internacionais e para alguns bancos de investimentos estrangeiros, pelo menos para os cálculos dos bônus dos executivos dessas instituições. Com ganhos significativos, especialmente considerando que o mundo passou por uma de suas maiores crises financeiras, esses profissionais devem colocar a remuneração no bolso e esperar até o início de 2010 para retomar as estratégias de aplicação.

Novo Ibovespa

Hoje a bolsa divulga a primeira prévia da carteira do Ibovespa que valerá por quatro meses a partir de 4 de janeiro. Os bancos BTG Pactual e Santander divulgaram estimativas para o portfólio. Ambas apostam nos ingressos de OGX, LLX, PDG e GVT, embora esta última tenda a deixar o indicador logo em seguida em função da negociação com a Vivendi, segundo apurou a repórter Ana Paula Ragazzi. Além dessas companhias, o BTG Pactual aponta outros dois ingressos, a construtora MRV e , para surpresa de muitos, Brasil Ecodiesel . O banco destaca que, em outubro, o volume da ação disparou, levando o papel para os 15 mais negociados da bolsa. Como os negócios se mantiveram aquecidos em novembro, o BTG avalia que há a possibilidade de ingresso. A própria bolsa chegou a questionar a Brasil Ecodiesel sobre a movimentação atípica e a empresa informou desconhecer a razão. No fim de outubro, o governo anunciou que antecipou de 2013 para janeiro de 2010 o aumento da mistura de biodiesel no diesel dos atuais 4% para 5%, o chamado B5. A expectativa é de que, com a medida, a produção de biodiesel aumente para 2,4 bilhões de litros no próximo ano. O BTG aponta que Celesc e Comgás são candidatas a deixar o índice e o Santander aposta apenas na saída de Celesc.

Daniele Camba é repórter de Investimentos

E-mail: daniele.camba@valor.com.br

Estatual tem parceria com 13 universidades (Valor Econômico) 01/12/09

Do Rio

No Brasil a estatal tem convênio com 13 universidades brasileiras que participam da Rede Temática de Sequestro de Carbono e Mudanças Climáticas, cujos projetos receberam investimento de US\$ 30 milhões. Ela é uma das 50 redes temáticas criadas pela estatal para troca de parceria tecnológica com faculdades e institutos de pesquisa no Brasil. O Centro de Pesquisas (Cenpes) da estatal também está desenvolvendo dois programas específicos para estudar métodos de captura, transporte e armazenamento geológico de carbono. Um deles é o Programa Tecnológico de Mudanças Climáticas (Proclima), criado em 2007 e que pesquisa para reduzir emissões dos gases definidos pelo Protocolo de Kyoto como responsáveis pelo efeito-estufa em seus processos produtivos. Além do CO₂ a lista das Nações Unidas inclui o gás metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O), os clorofluorcarbonetos (CFC), os perfluorcarbonetos (PFC), os Hidrofluorcarbonetos (HFC) e o Hexafluoreto de enxofre (SF₆).

As companhias de petróleo emitem gases do efeito-estufa quando produzem o petróleo e também no processo produtivo das refinarias e termelétricas, sem contar a poluição causada pela própria queima dos combustíveis em automóveis e aviões, por exemplo. O esforço para produzir energias mais limpas levou a Petrobras a desenvolver projetos de energia eólica, solar e fotovoltaica. Em 2007 a Usina Experimental de Macau, no Rio Grande do Norte, foi certificada como mecanismo de desenvolvimento limpo pelas normas do protocolo de Kyoto. A unidade evita a emissão de 1,3 mil toneladas de CO₂ por ano. O segundo certificado foi obtido em novembro pela fábrica de fertilizantes Fafen (BA) que reduzirá 80% das emissões de óxido nitroso (N₂O), evitando emissões de 58 mil toneladas de carbono equivalente anuais.

Este ano a empresa criou o Programa Tecnológico de Gerenciamento de CO₂ (PRO-CO₂) com o objetivo de encontrar soluções econômicas e ambientalmente aceitáveis para o dióxido de carbono. Beatriz Espinosa, gerente-geral de Desempenho Energético de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) da Petrobras, explica que as duas tecnologias são complementares.

"A estratégia de crescimento da Petrobras até 2020 projeta crescimento das suas atividades na exploração e produção, refino e energia. E essa atividade leva a um incremento das emissões por isso as ações de mitigação da mudança climática estão inseridas no plano estratégico da empresa. A Petrobras tem objetivos de reduzir as emissões de gases do efeito-estufa e esse crescimento não vai ser o que a gente chama 'bussiness as usual'. Vamos incorporar tecnologias para atenuar a curva de crescimento das emissões", frisa Beatriz.

A Petrobras também participa de três projetos para desenvolvimento de tecnologias de captura de carbono no exterior, junto com outras companhias de petróleo. O CO₂ Pipetrans tem o objetivo de desenvolver tecnologias para transporte de CO em alta concentração e alta pressão em gasodutos. Esse projeto inclui a StatoilHydro, BP, Shell, Vattenfall, Dong Energy, ArcelorMittal, Gassnova e Gassco. No CO₂Qualstore as empresas se reuniram para selecionar locais para armazenamento geológico do gás, o que inclui metodologias para ajuda a tomada de decisão, critérios de qualificação e o armazenamento seguro. Além da Petrobras, participam desses estudos a StatoilHydro, BP, Vattenfall, BG, Dong Energy, Gassco, Gassnova, RWEAG, Halliburton, Schlumberger Carbon Services, DNV e IEA.

A estatal também participa das fases 2 e 3 do CO₂ Capture Project, que busca tecnologias viáveis de captura e sequestro geológico de carbono que possam estar prontas para serem usadas em 2012 e com custos entre 50% e 60% menores que os atuais. Nesse projeto ela está junto com a BP, StatoilHydro, Chevron, ConocoPhillips, Eni, Suncor e Shell.

A empresa também tem representantes no International Emissions Trading Association (IETA), Carbon Sequestration Leadership Forum (CSLF), Associação Internacional da Indústria de Petróleo para a Conservação Ambiental (Ipieca na sigla em inglês) e o comitê CCS da Sociedade de Engenheiros de Petróleo (SPE), entre outros. (CS)

Ambiente: Gás encontrado em grande quantidade junto com o petróleo no pré-sal é um dos desafios da estatal

Petrobras testa tecnologias para "sequestrar" CO₂ (Valor Econômico) 01/12/09

Cláudia Schüffner, do Rio

Beatriz, da Petrobras, diz que a captura de carbono é apenas uma das soluções para mitigar a emissão de gases do efeito-estufa

Sequestrar, transportar, processar e armazenar com segurança o dióxido de carbono, ou gás carbônico (CO₂), encontrado junto com petróleo nos campos do pré-sal é um dos grandes desafios da indústria do petróleo. E a Petrobras

não é exceção. A empresa vem adotando tecnologia de reinjeção de gás em campos de petróleo do recôncavo baiano desde 1988, o que na época tinha como objetivo aumentar e otimizar a produção de óleo. Evitar a dispersão de gás na atmosfera era um efeito secundário, até porque a presença de CO₂ nos campos da Petrobras no pós-sal - onde está toda a produção de petróleo e gás do país até agora - era muito pequena, quase irrelevante. Mas a partir das preocupações relacionadas ao aquecimento global e seus efeitos sobre o clima, que se tornaram tema de governos, e a presença de grande quantidade de CO₂ em alguns campos descobertos no pré-sal, as pesquisas nessa área estão ganhando relevância.

Em Tupi, o primeiro gigante encontrado no pré-sal da bacia de Santos, a proporção é de 12%, mas esse índice não é o mesmo em Guará, onde a presença de CO₂ é muito pequena, e nem em Iracema, onde é ínfima. No momento estão em análise o uso de quatro tecnologias diferentes para evitar jogar gás na atmosfera. Uma delas é a separação do gás do petróleo e sua reinjeção no próprio reservatório de onde foi extraído, através de poços perfurados exclusivamente para isso. O projeto piloto de Tupi, previsto para entrar em operação em dezembro de 2010, prevê cinco poços produtores de petróleo e gás e três poços injetores, sendo dois para reinjeção de gás e CO₂ e outro para injeção de água. Também existe a possibilidade de reinjeção do CO₂ e do gás em campos cuja produção já se esgotou ou em cavernas de sal. Todas reunidas na sigla CCGS (Carbon Capture and Geological Storage).

"São diversas as tecnologias de captura geológica e armazenagem de carbono. Várias companhias estão investindo nisso. No pré-sal o processo é mais crítico porque estamos em um ambiente offshore distante 300 quilômetros da costa e a uma profundidade de 2.200 metros. E a essa distância e profundidade o espaço e o peso do que vai ser colocado em cima de uma plataforma são questões muito importantes", explica Alberto Sampaio de Almeida, assistente da área de exploração e produção da Petrobras no pré-sal.

Existem hoje várias tecnologias em desenvolvimento para separar o CO₂ e o gás do petróleo, comprimir e transportar esse gás. O CO₂ é altamente corrosivo, forma ácidos indesejáveis e precisa ser acomodado em estruturas feitas com material super resistente que não custa barato. O armazenamento é outra questão relevante já que ele não pode "escapar" de onde estiver capturado. Não por acaso, os cálculos de economicidade financeira não são desprezíveis em projetos desse tipo.

Uma quarta possibilidade surgiu a partir da experiência da norueguesa StatoilHydro, que desde 1998 já capturou 8 milhões de toneladas de CO₂ que foi reinjetado em um aquífero de sal encontrado abaixo de Sleipner, um campo de gás e condensado no Mar do Norte, a 220 quilômetros da costa. O gás natural encontrado em Sleipner tem 9% de CO₂ e os equipamentos de compressão e reinjeção do gás carbônico aumentaram em US\$ 100 milhões o custo do projeto. O "incentivo" para o projeto de captura pioneiro da estatal norueguesa veio depois que o governo da Noruega criou uma taxa de US\$ 50 por tonelada de CO₂ lançado na atmosfera nos projetos de produção de petróleo e gás em alto mar para reduzir as emissões.

Em escala menor e sem o mesmo objetivo, a Petrobras foi uma das empresas pioneiras na reinjeção de gás, o que mereceu um elogio feito recentemente pelo ministro de Energia e Mudanças Climáticas do Reino Unido, Edward Samuel Miliband. Desde 1988, a companhia reinjeta gás em alta pressão em campos do recôncavo baiano com o objetivo de otimizar a extração do petróleo e aumentar o rendimento de campos maduros, que já apresentavam declínio da produção. Mas naquela época a Petrobras comprava CO₂ da antiga Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene) e reinjetava nos campos de Araçás, Rio Pojuca e Biracica. Neste último a técnica de reinjeção passou a ser de baixas pressões e foi tão bem sucedida que a companhia conseguiu manter a produção parcial no campo por 20 anos.

Agora investe R\$ 250 milhões no projeto piloto de Miranga, também na bacia do Recôncavo, onde serão injetados 370 toneladas de CO₂ por dia, transferidos da Fafen e da Oxiteno, empresa do Polo Petroquímico de Camaçari. Ali a Petrobras vai testar uma técnica chamada Recuperação Melhorada de Petróleo (EOR) que será uma escola para os campos do pré-sal, quando a companhia vai começar a reinjetar gás extraído lá mesmo. A reinjeção de CO₂ ajuda a aumentar o fator de recuperação dos campos já que, de todo o petróleo incrustado nas rochas, somente 30%, em média, pode ser retirado. Na última década a Petrobras conseguiu aumentar essa média de 27,7% para quase 32%.

Em 2009 a meta voluntária da estatal é evitar a emissão de 2,3 milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera e, para 2013, a intenção é emitir 4,5 milhões de toneladas a menos. Beatriz Nassur Espinosa, gerente-geral de Desempenho Energético de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) da Petrobras, destaca que a captura de carbono é apenas uma das soluções buscadas pela companhia para mitigar as emissões de gases do efeito-estufa. "As principais iniciativas são de eficiência energética, aproveitamento do uso do gás e toda a atuação da empresa na área de combustíveis renováveis contribui para reduções do país como nos programas Proálcool e de Biodiesel. Um terceiro pilar muito importante é a pesquisa e desenvolvimento para gerar tecnologias que no futuro possam mudar os paradigmas de operação e produção no sentido de torná-los mais eficientes em termos de consumo de energia", explica Beatriz.

ICMS (Valor Econômico – Cartas dos Leitores) 01/12/09

"Na edição de 27/11, página A6, na matéria 'Tractebel consegue liminar que derruba substituição tributária', no sexto parágrafo foi mencionado que a decisão que concedeu a liminar levou em consideração a lei complementar 87 de 1998. Na verdade, a lei complementar correta é a 87 de 1996, chamada de lei Kandir, principal norma no âmbito do ICMS que deve ser observada por todos os Estados. "

Edinilson Dias Apolinário - edinilson.apolinario@terra.com.br

Energia: Governo pode dar benefícios para estimular investimentos

Bolívia deve mudar lei do setor de gás após a eleição (Valor Econômico) 01/12/09

Marcos de Moura e Souza, de La Paz

O governo do presidente Evo Morales prepara uma nova lei de hidrocarbonetos para a Bolívia. A discussão sobre o texto, que deve ficar pronto após as eleições de domingo, tem gerado muita expectativa e especulação entre empresas e analistas no país. Alguns apostam que a Bolívia reduzirá a carga tributária das empresas para tentar atrair mais investimentos e aumentar a produção de gás.

Para Carlos Arze Vargas, pesquisador especializado em energia do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Trabalhista e Agrário (Cedla), de La Paz, a ideia central do governo é "reverter a situação de baixa do investimento na indústria do gás no país". E para isso deverá diminuir os impostos das empresas que exploram o gás, como quer as petroleiras.

O governo tem evitado falar publicamente sobre o tema. Questionado pelo Valor na sexta-feira sobre a possibilidade de flexibilização fiscal na nova lei, o coordenador da campanha eleitoral de Morales, o deputado Jorge Silva, disse apenas: "Não se descarta". E em seguida acrescentou: "Mas essa não é a prioridade".

Para a economista Carmen Crespo, que integra uma equipe de especialistas que ajuda o governo a redigir o projeto de lei, o objetivo é produzir uma legislação que seja compatível com a nova Constituição, aprovada em fevereiro. A atual lei de hidrocarbonetos é de 2005 e foi sancionada pelo governo anterior, do presidente Carlos Mesa, ainda que com o apoio da bancada do partido de Morales, o MAS. Em 2007, já no atual governo, os contratos foram revistos, como exigia a lei de 2005, mas ainda estariam defasados em relação à nova Carta.

"A nova lei tem que aplicar a nova Constituição, tem que definir, por exemplo, como as empresas vão passar a operar como prestadoras de serviço e não mais como concessionárias, como é hoje, e como é mais confortável para elas", disse Crespo ao Valor. Os contratos de prospecção e produção já colocam as empresas como prestadoras de serviço, mas os contratos que tratam de outras atividades, como transporte, refino e distribuição para redes internas na Bolívia, ainda mantêm as petroleiras como concessionárias.

As mudanças previstas, ainda segundo Crespo, devem incluir aumento de impostos, inclusive em alguns dos contratos da Petrobras, que não quis comentar o assunto. A empresa, que é operadora de quatro campos de gás na Bolívia e tem participação em um quinto, participa também do transporte e compressão de gás natural.

"As expectativas do governo não são de baixar a arrecadação, mas sim de subir nessas outras etapas", disse Crespo, ex-pesquisadora do Cedla. "Em relação aos contratos vigentes [de prospecção e produção] não creio que haverá mudanças. Os contratos que serão firmados sob a nova lei talvez possam ser simplificados, mas não sei se serão mais flexíveis em termos fiscais."

O Ministério de Hidrocarbonetos reuniu há um mês algumas empresas do setor de energia que têm contratos em sociedade com a estatal boliviana YPFB para discutir a nova lei. Segundo o ministério, o governo quer finalizar o texto da lei em dezembro ou em janeiro e encaminhá-lo ao novo Legislativo que também será eleito neste domingo. "A mensagem que as empresas deram ao governo foi que as empresas já podem, sim, estar adaptadas aos contratos vigentes para operar os campos que já produzem. Mas que, para investimentos novos, será preciso mais incentivos fiscais", disse Carlos Delius, vice-presidente da Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos.

O Estado recolhe 50% da receita das empresas mais uma fatia variável que segundo as empresas pode fazer a tributação superar 90%. Carlos Arze Vargas diz que não espera uma redução na fatia da cobrança dos 50%. "Isso provocaria reação nas ruas". A saída, diz, seria criar outros benefícios fiscais.

Para Vargas, o governo vai flexibilizar a cobrança por uma necessidade política: "Evo não conseguiu cumprir promessas de industrialização dos gás durante o primeiro mandato. Para industrializar é preciso um aumento da produção, e os contratos atuais têm desincentivado os investimentos das empresas. O governo percebeu que não tem condição de obrigar as empresas a investir." Segundo Arze, um dos reflexos da falta de investimento aparece na capacidade da produção diária de gás do país. Desde 2004, a capacidade se mantém em cerca de 40 milhões de m³ por dia. Há mais ou menos uma década 64 poços eram perfurados no país por ano. Hoje, são 4 por ano.

Abertura do InPetro (Valor Econômico) 01/12/09

A Petrobras informou ontem que inaugurará em 2010 o Instituto do Petróleo, Gás e Energia (InPetro), que está em construção no Sapiens Parque, em Florianópolis. O InPetro representa um investimento de R\$ 32 milhões e resulta de uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a estatal. O Instituto contará com laboratórios e um tanque experimental, voltado à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia relacionada à energia renovável e à exploração do pré-sal. Localizado em uma área de 9 mil metros quadrados, o InPetro deverá gerar aproximadamente 150 empregos até o fim do segundo ano de operação.

Energia:

Geração solar pode abastecer estádios da Copa 2014 (Valor Econômico) 01/12/09

Danilo Fariello, de Brasília

Uma comitiva de acadêmicos e empresários tem visitado todas as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 com o projeto de implantar sistemas para abastecer de energia solar todos os 12 estádios do evento. Acompanhados de autoridades nacionais, eles já visitaram a Alemanha neste ano para aprender a técnica adotada em alguns estádios daquele país na Copa de 2008. O projeto vem sendo tocado aqui pelo Instituto Ideal, que coordena os contatos entre a Agência de Desenvolvimento Alemã (GTZ), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e outras universidades e grupos pela América Latina. A ideia do projeto é disseminar a tecnologia no Brasil e mostrar que há uma fonte viável e limpa, explica o catarinense Mário Passos, engenheiro elétrico e diretor-presidente do Ideal.

Segundo Passos, as placas para captação de energia solar podem ser incluídas nas reformas dos estádios ou mesmo consideradas no projeto de arquitetura daqueles que ainda serão construídos. "Mesmo no Maracanã, que é tombado, por exemplo, é possível aplicar as placas na parte superior das arquibancadas."

O preço das placas e da energia gerada, porém, é o maior entrave para o projeto. Segundo Passos, o custo do kW gerado nessas placas é de cerca de € 4,2 mil (cerca de R\$ 10,9 mil), enquanto o custo do kW da energia hidrelétrica é de R\$ 3 mil. Seriam investidos até R\$ 50 milhões em placas para cada estádio. Porém, se houver baterias nos estádios para armazenamento dessa energia, o custo pode ser ainda maior. A tecnologia seria importada para a Copa de 2014.

O diretor-presidente do Instituto Ideal deixa claro que a iniciativa busca introduzir a tecnologia no país e destacar o caráter ambientalmente correto da Copa. "Para o uso nacional da fonte energética solar, seriam necessários investimentos de outra magnitude", diz. Segundo ele, cada estádio poderá gerar de 1 MW a 1,5 MW de fonte fotovoltaica. "Isso é muito mais do que o estádio consome." Segundo Passos, já foram visitadas Fortaleza, Natal, Salvador, Brasília, Manaus e Porto Alegre. Até o fim do ano, ele visitará todas as doze cidades que receberão os jogos.

Manaus é a sede mais avançada no projeto. Segundo Rodrigo Camelo, secretário do comitê técnico da Secretaria de Planejamento Estadual, os arquitetos estão estudando inserir as placas em um ginásio anexo ao estádio onde ocorrerão os jogos da Copa ou se cogita até cobrir o estacionamento, de forma que se apliquem as placas nesse teto. "Mas isso só vai acontecer, de fato, se houver auxílio financeiro específico", diz Camelo.

CPFL deve investir R\$ 1 bi em distribuição no ano que vem (Correio Popular) 01/12/09

Valor é 20% acima do destinado para o setor em 2009, que foi de R\$ 800 milhões

Do Rio

A CPFL deve investir cerca de R\$ 1 bilhão em distribuição em 2010, valor 20% acima do total destinado para o segmento em 2009, quando a empresa fechará o ano com investimentos em torno de R\$ 800 milhões. “É uma curva (de elevação de investimentos) que vai de acordo com a expectativa de crescimento de mercado de distribuição e da necessidade de manutenção de equipamento”, explicou o diretor vice-presidente financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energia, José Antonio de Almeida Filippo.

Ao falar sobre projetos futuros da empresa, durante o 1 Congresso do Instituto Nacional de Investidores (INI), realizado no final de semana, o executivo também comentou que a empresa não está preocupada com o adiamento do leilão da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), de dezembro para janeiro. “Mesmo com o adiamento, continuamos interessados”, afirmou.

Para ele, a mudança da data do leilão poderia conduzir ao aumento no número de informações mais precisas sobre o empreendimento, o que levaria a um preço mais justo como base para o leilão. “Acho que, se for essa a razão, faz sentido (o adiamento)”, disse. Segundo ele, a CPFL não deve participar do leilão sozinha, e sim por meio de um consórcio formado com outras empresas. “É um projeto muito grande” justificou, sem citar quais companhias poderiam atuar como parceiras da CPFL.

O executivo não quis revelar qual o montante de recursos que a empresa pode destinar para o leilão de Belo Monte. Mas considerou que, atualmente, há muitas opções de captação de recursos, como linhas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES); financiamentos de capital de giro; e capital próprio. Para ele, um projeto como esse não demandaria necessariamente uma captação de recursos junto ao mercado financeiro, via oferta pública de ações — embora a empresa esteja sempre atenta às oportunidades de mercado.

Filippo confirmou ainda que a CPFL vai participar do primeiro leilão de energia eólica, que será realizado no próximo dia 14. Em setembro, a empresa adquiriu por R\$ 31 milhões de 100% das ações de sete sociedades que estão desenvolvendo parques eólicos no Rio Grande do Norte. Esses empreendimentos precisam passar pelo processo de licitação no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), visto que a consumação da compra das quotas das sociedades precisa passar pelo processo licitatório.

A capacidade instalada dos empreendimentos será de aproximadamente 180 megawatts. “Há muito tempo estamos olhando energia eólica, mas ainda não tínhamos encontrado uma maneira em que a rentabilidade do investimento pudesse fazer sentido.”

Light

A Light reafirmou ontem em comunicado publicado em diversos jornais o compromisso de investir R\$ 2,4 bilhões na distribuição nos próximos quatro anos. Segundo a empresa, nos últimos três anos, os investimentos totais somaram R\$ 1,5 bilhão, sendo que R\$ 1 bilhão foi aplicado diretamente na melhoria da rede e dos serviços. Diante dos recentes problemas na malha de distribuição, a companhia decidiu antecipar todas as providências e contingências previstas no Plano Verão, projeto anual para fazer frente ao aumento da demanda e dos riscos meteorológicos desta época do ano. (Da Agência Estado)

Concluído o oitavo leilão da CCEE

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) concluiu ontem o 8 Leilão de Energia Existente (A-1), via eletrônica, com a negociação de 84 MW médios, ao preço médio de R\$ 98,91/MWh, totalizando R\$ 364,111 milhões. Do total, 83 MW médios de energia foram comercializados em contratos de cinco anos, por quantidade; e 1 MW médio de fonte de biomassa, em contratos de cinco anos, por disponibilidade. Foi atendida 88,4% do total da demanda, de 95 MW médios, com suprimento a partir de 1 de janeiro de 2010. O certame foi realizado para complementação dos contratos de energia com término de 2009 para 2010. Os valores não negociados de 11 MW médios são considerados compra frustrada. (AE)

Campinas se ilumina para o Natal (Correio Popular) 01/12/09

Início oficial das comemorações será hoje, com lançamento da iluminação e do tour natalino

Rogério Verzignasse

DA AGÊNCIA ANHANGUERA

rogerio@rac.com.br

A temporada de Natal em Campinas começa às 20h de hoje, na Praça Rui Barbosa, atrás da Catedral Metropolitana, com o lançamento oficial da iluminação natalina, que confere toques especiais de decoração a praças, avenidas, imóveis históricos e prédios públicos. Mas a programação cultural marcada para a Praça Arautos da Paz, a partir do dia 11, promete ser um show à parte. Corais, peças teatrais e música clássica são algumas das atrações previstas. Haverá ainda uma imensa praça de alimentação e passeios pela Casa do Papai Noel.

Os idealizadores contam com a ajuda de patrocinadores para montar uma festa bonita que não vai depender exclusivamente do caixa público. De acordo com o coordenador de Comunicação da Prefeitura, Francisco de Lagos, será investido um total de R\$ 1,9 milhão em toda a programação.

Os convênios começaram com o próprio projeto de iluminação natalina. A decoração dos corredores comerciais e prédios recebeu investimentos de instituições como a Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic), Câmara de Diretores Lojistas (CDL), CPFL Energia, Comgás e Óptica Iris. Mas a maior parcela do patrocínio de fora do Paço, de R\$ 400 mil, veio da empresa aérea Azul e da BR Aviation, braço da Petrobras para distribuição de combustível de aviação. A eles cabe, por exemplo, o pagamento dos cachês dos artistas que vão se apresentar nos autos de Natal e nos espetáculos artísticos.

De acordo com Lagos, a organização da temporada de Natal também levou em consideração a face social da festa. Em primeiro lugar, os servidores encarregados da decoração especial nas ruas e praças contaram com a ajuda de reeducandos do sistema prisional, que trabalharam na confecção e na instalação de ornamentos artesanais. A área de alimentação, que já começou a ser montada na Arautos da Paz, será loteada entre barracas de entidades assistenciais. “Quem vai à praça se diverte e ajuda os mais necessitados”, diz Lagos.

Tour

Aos pouquinhos, a atmosfera natalina toma conta de Campinas. Além da fachada de casas e empresas particulares, nada menos que 1,8 mil pontos da cidade, como postes e praças públicas, já estão ornamentados. E quem tem interesse em conferir de perto a decoração pode participar, a partir de hoje, do tour natalino.

Basta ao interessado no passeio retirar o bilhete para o ônibus na própria Prefeitura, dando em troca um quilo de alimento não perecível (arroz, feijão, óleo ou macarrão). Quem tem menos de 12 anos não precisa levar nada. E a disputa pelos bancos deve ser intensa: o bilhete preenchido e depositado em uma urna no momento do embarque credencia o turista a participar de sorteios de passagens aéreas.

De hoje até o dia 23, as saídas diárias acontecem em quatro horários: 9h30, 20h30, 21h30 e 22h30. A partida é na Rua Barreto Leme, ao lado do Paço. O roteiro inclui a Praça Imprensa Fluminense, a figueira do Cambuí, o Largo Santa Cruz, a Praça Carlos Gomes, o Paço Municipal, o Jockey Club, o Largo do Rosário, o Largo do Pará, a Rua 13 de Maio, a Estação Cultura, a sede da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (Sanasa), o Viaduto São Paulo (Laurão), a torre do Castelo e a Praça Arautos da Paz.

Com o tema Natal de Paz, Natal Azul, a Administração municipal quer transformar o tour no já tradicional ônibus vermelho de dois andares em um espetáculo artístico, deixando os passageiros encantados com a beleza noturna da cidade. Mas mesmo quem passeia durante o dia pela região central já pode conferir o colorido especial do roteiro: guirlandas gigantescas nas sedes das repartições, anjos feitos com armações metálicas nas praças, ornamentos manuais em cada poste, fitas vermelhas nos janelões e papais noéis pendurados na fachada da Estação Cultura.

A FRASE

“A gente até reaproveitou a decoração do Natal passado para economizar recursos públicos na ornamentação das ruas.”

FRANCISCO DE LAGOS

Coordenador de Comunicação da Prefeitura

Energia solar é tema de debate na Unicamp (*CanalEnergia*) 01/12/09

Atividade acontecerá nos próximos dias 3 e 4 de dezembro no auditório da biblioteca central da universidade e é gratuito. Da Agência CanalEnergia, PeD e Tecnologia

A Unicamp, em parceria com o International Energy Initiative, promove nos próximos dias 3 e 4 de dezembro um fórum de discussões sobre energia solar térmica de baixa temperatura no Brasil. O evento pretende reunir especialistas para apresentar propostas e debater questões técnicas e políticas para nortear a ampliação do uso da energia solar para

aquecimento de água para as condições brasileiras. A atividade acontecerá no auditório da biblioteca central da Unicamp e é gratuita.

O fórum é dirigido aos agentes envolvidos no setor energético brasileiro tais como pesquisadores, universidades, ONGs, associações e federações, empresas públicas e privadas e instituições governamentais. Entre os temas programados estão integração de tecnologias solares na arquitetura e mecanismos regulatórios para a disseminação da tecnologia termossolar. Outras informações estão disponíveis no site <http://www.nipeunicamp.org.br/nipesolar/index.php>.

Serviço

Evento: Energia Solar Térmica de Baixa Temperatura no Brasil: tecnologias, ações e estratégias de disseminação de uso

Data: 3 e 4 de dezembro

Local: Auditório da Biblioteca Central da Unicamp

Informações: <http://www.nipeunicamp.org.br/nipesolar/index.php>

Cemig PN encerra em queda de 3,37% (*CanalEnergia*) 30/11/09

Celesc PNB termina em alta de 1,73%. IEE fecha em baixa de 0,83%, aos 22.853 pontos

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Cemig PN encerrou em queda de 3,37% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 30 de novembro. Outras baixas do setor foram registradas pela CPFL Energia ON (-2,87%) e pela Eletrobrás PNB (-2,13%). A Celesc PNB terminou em alta de 1,73%, acompanhada pela Cesp PNB (1,17%). O Índice de Energia Elétrica fechou em queda de 0,83%, aos 22.853 pontos, enquanto o Ibovespa chegou aos 67.044 pontos, com baixa de 0,06%.

Abradee prepara mudança para Brasília (*CanalEnergia*) 30/11/09

Luiz Carlos Guimarães, com dois anos de mandato pela frente, pode deixar presidência antes do prazo
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica deve passar por mais mudanças nos próximos meses. Após a eleição de Wilson Ferreira Júnior, como novo presidente do Conselho de Administração; a Abradee prepara a mudança de sua sede do Rio de Janeiro para Brasília. A avaliação é que o movimento tornará o trabalho da entidade mais efetivo, segundo Luiz Carlos Guimarães, presidente da associação.

Mas a mudança poderá significar a saída de Guimarães da presidência executiva da Abradee. O executivo disse que não deve ir para Brasília, o que levará a sua saída mesmo com dois anos ainda de mandato pela frente. Guimarães salientou que a saída é por motivos pessoais já que não tem o desejo de fixar residência na capital federal.

Apesar de ser decisão tomada pelo conselho, a mudança para Brasília ainda não tem uma data fixada, segundo Guimarães, mas deve acontecer nos próximos meses. "A mudança já está decidida, mas não quando ocorrerá", observou o executivo. As distribuidoras estão sobre forte pressão para que devolvam os valores cobrados a mais devido a um erro de cálculo na metodologia da variação da Parcela A.

A Abradee defende que não há erro por parte das distribuidoras, por isso, não há nada a ser devolvido e que não se deve mexer nos contratos. Por outro lado, a Agência Nacional de Energia Elétrica encerrou na última sexta-feira, 27 de novembro, audiência pública que propõe mudança nos contratos de concessão.

Leilão A-1: distribuidoras têm 11 MW médios não contratados (*CanalEnergia*) 30/11/09

Sistemática do leilão, com a oferta de produto por disponibilidade, atrapalhou comercialização, segundo CCEE
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

O leilão A-1 terminou com 11 MW médios de demanda descontratados. Da demanda das quatro distribuidoras compradoras - AES Sul (RS), CEEE-D (RS), AES Eletropaulo (SP) e RGE (RS) - de 95 MW médios, 84 MW médios foram contratados. Segundo Antonio Carlos Machado, presidente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, apesar de haver oferta para o montante, a sistemática do leilão não permitiu a contratação integral.

O leilão foi dividido, pela primeira vez, em produto por quantidade e disponibilidade. O último não teve o retorno esperado pelo Ministério de Minas e Energia, apenas um lote ofertado por uma térmica a biomassa de cana da Cosan foi vendido por um Índice de Custo Benefício de R\$ 80 por MWh. "Essa primeira experiência de produto por disponibilidade para energia existente não teve o resultado esperado", disse o executivo à Agência CanalEnergia.

De acordo com Machado, as distribuidoras poderão recorrer aos leilões de ajustes de 2010 para contratar a energia não coberta pelas ofertas. "Elas terão até o fim do ano para contratar energia e evitar qualquer penalidade", salientou o executivo. No leilão, os 84 MW médios foram contratados por um preço médio de 98,91/MWh, totalizando R\$ 364.111.704,00.

FGEE terá audiência pública na Câmara (*CanalEnergia*) 30/11/09

Na próxima quinta-feira, 3 de dezembro, parlamentares discutirão regulamentação do fundo
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realiza na próxima quinta-feira, 3 de dezembro, audiência pública sobre a regulamentação do Fundo Geral de Energia Elétrica (FGEE). De acordo com o deputado Eduardo Valverde (PT-RO), autor da proposta, o atraso na definição das regras pode interromper obras como, por exemplo, as hidrelétricas do Rio Madeira. Ele destaca que, sem as regras, as empresas privadas que fazem parte dos consórcios terão que levantar essas garantias que caberiam às estatais, com os ônus inerentes à operação.

O parlamentar acredita que as estatais não deveriam, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentar garantias corporativas e o fundo supriria a lacuna legal existente. O fundo foi criado em maio para representar a parte da Eletrobrás e suas subsidiárias nas garantias necessárias para saque de financiamentos junto ao Banco Nacional. Entre os convidados estão representantes da Casa Civil; do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Secretaria do Tesouro; e da Eletrobrás.

Com informações da Agência Câmara.

CPI das Tarifas de Energia: deputados analisam relatório final (*CanalEnergia*) 30/11/09

Relator pede o indiciamento de 18 diretores e ex-diretores da Aneel. Hubner pode sofrer sanção por sonegação de informações

Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

Os membros da CPI das Tarifas de Energia abriram nesta segunda-feira, 30 de novembro, a sessão de leitura do relatório final da comissão. No momento, os deputados estão lendo o documento entregue pelo relator, deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ). Os trabalhos deverão ser reiniciados às 19:25 horas, segundo informações da Agência Câmara.

Santos adiantou aos jornalistas que pediu o indiciamento de 18 diretores e ex-diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, porque muitos deles assumiram cargos em distribuidoras de energia. Ele relacionou os reajustes tarifários, quando estavam na função, com o trabalho em empresas "beneficiadas".

Ele disse ainda que a comissão pedirá o ressarcimento aos consumidores dos valores cobrados a mais devido ao erro da metodologia de cálculo da variação da Parcela A. O deputado disse que a suposta dívida acumulada chega a R\$ 40,9 bilhões de 2002 a 2009. Além da CVA, está embutido o repasse de perdas técnicas aos consumidores.

O presidente da CPI, deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) ressaltou que os cálculos são aproximados já que a comissão não teria recebido os cálculos da Aneel. Por esse motivo, ele disse que o diretor geral da Aneel, Nelson Hubner, será indiciado por sonegar informações. Da Fonte garantiu que o relatório final será votado ainda hoje, último dia da comissão, pelos deputados. As informações são da Agência Câmara

Alupar Investimento distribuirá R\$ 250 milhões (*CanalEnergia*) 30/11/09

Empresa fará emissão de 250 mil debêntures simples. Papéis terão quatro anos de prazo de vencimento
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Alupar Investimento distribuirá R\$ 250 milhões em debêntures. A empresa distribuirá 250 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, com valor unitário de R\$ 1 mil. A operação, que tem como coordenador líder o Itaú BBA, é referente à segunda emissão da companhia. A data de emissão é 15 de dezembro e de encerramento de ofertas é 4 de janeiro de 2010. Os papéis terão quatro anos de prazo de vencimento a partir da data de emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2013.

No último dia 12 de novembro, a empresa solicitou o registro da operação na Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid). A distribuição foi aprovada em reunião do conselho de administração da empresa no dia 9 de novembro. A operação foi classificada com os indicadores de risco Aa3.br, pela Moody's, e A (bra), pela Fitch Ratings.

EDP investe R\$ 1 milhão em premiação de projetos inovadores no setor (CanalEnergia) 30/11/09

Energias renováveis, redes inteligentes, eficiência energética, micro-geração e cidades sustentáveis estão entre áreas focadas pelo Prêmio EDP 2020
Da Agência CanalEnergia, PeD e Tecnologia

A EDP no Brasil vai investir R\$ 1 milhão em premiação da área de inovação no país. O Prêmio EDP 2020 visa a estimular o desenvolvimento de projetos inovadores no setor energético brasileiro, promovendo o empreendedorismo. Energias renováveis, redes inteligentes, mobilidade elétrica, eficiência energética, micro-geração, e cidades sustentáveis estão entre as áreas focadas pelo prêmio. Segundo a companhia, serão investidos R\$ 100 mil anualmente na premiação pelos próximos dez anos.

A partir deste prêmio, as principais idéias inovadoras de empreendedores brasileiros serão encubadas até chegar efetivamente ao lançamento de um novo negócio. O edital do prêmio será lançado oficialmente no primeiro trimestre de 2010. Todos os empreendedores que apresentem projetos inovadores nas áreas de interesse definidas poderão se candidatar ao prêmio. O anúncio do projeto vencedor e a premiação ocorrerão nas edições anuais do Fórum de Inovação EDP.

Reservatório de Passo Fundo trabalha com 100% da capacidade (CanalEnergia) 30/11/09

Nível dos reservatórios do Sul atinge 97,7%, segundo dados do boletim do ONS
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

O nível dos reservatórios do Sul atinge 97,7% do volume acumulado, com alta de 0,3%, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referente ao último domingo, 29 de novembro. A usina de Passo Fundo trabalha com 100% da capacidade armazenada. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 49,7%, com alta de 0,3%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 31,96% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 61,9% do volume, com alta de 0,2%. O índice está 42,8% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 64,37% da capacidade.

Submercado Sul - Os reservatórios atingem 97,7% do volume acumulado, com alta de 0,3%. O índice está 79,8% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Passo Fundo trabalha com 100% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 67,6% do volume, com alta de 0,1%. O índice está 45,5% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Nova Ponte e Promissão operam com 76,67% e 63,26%, respectivamente.

Interligação Elétrica do Madeira recebe autorização para estudos (CanalEnergia) 30/11/09

Empresa analisará geologia e topografia para elaboração do projeto básico da LT coletora Porto Velho - Araraquara 2
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a Interligação Elétrica do Madeira a realizar estudos geológicos e topográficos, necessários à elaboração do projeto básico da linha de transmissão coletora Porto Velho - Araraquara 2, em corrente contínua, em tensão de 600 kV, com cerca de 2.375 quilômetros de extensão. De acordo com o despacho 4.375 do Diário Oficial da União, a LT passará pelos municípios de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

A concessionária deverá realizar os levantamentos de campo junto às propriedades particulares situadas na rota da linha. Além disso, a empresa deverá reparar, imediatamente, os eventuais danos causados às propriedades localizadas na rota da linha em decorrência dos estudos autorizados. A Interligação Elétrica do Madeira também ficará responsável por observar as determinações e procedimentos estabelecidos pelos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental do empreendimento.

Problemas técnicos deixam 29 mil clientes da CEEE sem energia (*CanalEnergia*) **30/11/09**

Previsão é que fornecimento seja restabelecido ainda na tarde desta segunda-feira, 30 de novembro
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

Cerca de 29 mil clientes da CEEE (RS) ficaram sem energia elétrica devido a problemas técnicos ocorridos na madrugada desta segunda-feira, 30 de novembro. Segundo a companhia, os municípios atingidos são Turuçu, Lourenço do Sul e Dom Pedrito, onde houve temporal e foram registrados ventos de 90 km/h, que provocou defeitos em uma linha de transmissão. Equipes da CEEE trabalham para restabelecer a normalidade no sistema elétrica em toda a região atingida. O número de consumidores em energia foi reduzido para 4 mil na manhã de hoje. A previsão é que fornecimento de energia seja restabelecido ainda esta tarde.

Leilão A-1 encerra com negociação de 3,681 milhões de MWh (*CanalEnergia*) **30/11/09**

Volume financeiro movimentado ficou em R\$ 364.111.704,00. Quatro distribuidoras fecharam negócio com três geradoras
Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

O leilão de energia existente A-1, realizado nesta segunda-feira, 30 de novembro, encerrou com negociação de 3.681.216 MWh, o que correspondeu a um volume financeiro movimentado de R\$ 364.111.704,00. O preço médio para o produto quantidade ficou em R\$ 99,14 por MWh, enquanto o produto disponibilidade teve preço médio de R\$ 80 por MWh. O leilão teve negociação de 84 lotes - cada lote correspondeu a 1 MWmed.

Quatro distribuidoras compraram energia no leilão: AES Sul (RS), com 1.212.628,12 MWh, CEEE-D (RS), com 1.388.198,63 MWh, AES Eletropaulo (SP), com 124.075,49 MWh contratados, e RGE (RS), com 956.313,75 MWh adquiridos. No lado vendedor, a Chesf vendeu 23 lotes e a Eletronorte, 60 lotes - ambas do produto quantidade. A Cosan vendeu 1 lote a um Índice Custo Benefício de R\$ 80 por MWh.

UHE Barra Grande bate recorde de geração (*CanalEnergia*) 30/11/09

No último dia 17 de novembro, a usina gerou 16.578,22 MWh, superando marca anterior, registrada em 2007
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A hidrelétrica Barra Grande (RS/SC, 690 MW) registrou recorde de geração. No último dia 17 de novembro, a usina gerou 16.578,22 MWh. A marca anterior havia sido alcançada no dia 4 de outubro de 2007, quando haviam sido gerados 16.569,12 MWh. De acordo com a Baesa, o índice se deve ao grande volume de água acumulado pelo reservatório e pela boa performance da usina nos últimos anos.

A Baesa solicitou ao Operador Nacional do Sistema autorização para aumentar a geração, reduzindo o nível de água reservatório para garantir melhor aproveitamento das chuvas previstas para a próxima semana. Segundo a Baesa, foi o maior índice de geração desde que a usina iniciou sua operação comercial, em novembro de 2005. A expectativa é que, com a redução do volume de água, as chuvas que vão chegar deverão elevar novamente o nível do reservatório, assegurando a geração e evitando a necessidade de abrir as comportas do vertedouro.

Leilão A-1 prossegue com preço abaixo de R\$ 90 por MWh para disponibilidade (CanalEnergia) 30/11/09

Preço inicial foi de R\$ 100 por MWh e produto por quantidade fechou a R\$ 99,50 por MWh
Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

Com mais de três horas de realização, o leilão de energia existente A-1 -prossegue em andamento, com negociação da etapa disponibilidade, com prazo de duração de contrato de cinco anos. O preço inicial foi de R\$ 100 por MWh. O produto por quantidade fechou a R\$ 99,50 por MWh. Já a etapa por disponibilidade está em R\$ 89,34 por MWh. O leilão foi iniciado às 10 horas.

Equatorial ON registra alta de 1,69% (CanalEnergia) 30/11/09

Coelce PNA registra queda de 0,88%. IEE alcança os 23.118 pontos, com alta de 0,32%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Equatorial ON opera em alta de 1,69% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 30 de novembro. O setor elétrico registra outros resultados positivos com a AES Eletropaulo PNB (1,64%) acompanhada pela Celesc PNB (1,21%). A Coelce PNA registra queda de 0,88%, acompanhada pela Energias do Brasil ON (-0,66%) e pela Light ON (-0,16%). A MPX Energia ON opera em estabilidade. O Índice de Energia Elétrica alcançou os 23.118 pontos, com alta de 0,32% assim como o Ibovespa, que chegou aos 67.200 pontos com alta de 0,18%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,64%
AES Tietê PN: 0,36%
Celesc PNB: 1,21%
Cemig PN: 0,19%
Cesp PNB: 0,14%
Coelce PNA: -0,88%
Copel PNB: 0,67%
CPFL Energia ON: 0,45%
Eletrobrás PNB: 0,61%
Energias do Brasil ON: -0,66%
Equatorial ON: 1,69%
Light ON: -0,16%
MPX Energia ON: estável
Tractebel ON: 0,99%
Terna Part UNT: 0,05%
Transmissão Paulista PN: 0,47%

Leilão A-1: produto por quantidade fica em R\$ 99,50 (CanalEnergia) 30/11/09

Etapa por disponibilidade, ainda em andamento, está cotada a R\$ 93,69 por MWh
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica realiza nesta segunda-feira, 30 de novembro, o leilão A-1. São dois produtos disponíveis: por quantidade e por disponibilidade. O preço inicial foi de R\$ 100 por MWh. O produto por quantidade fechou a R\$ 99,50/MWh. Já a etapa por disponibilidade está em R\$ 93,69/MWh. O leilão ocorre desde às 10 horas. Os produtos começam a ser entregues em 1º de janeiro de 2010 por cinco anos.

CCEE estende para seis dias período para aporte de garantias financeiras (CanalEnergia) 30/11/09

Câmara alterou calendário para adequar-se à nova metodologia de procedimentos de comercialização definida pela Aneel
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica readequou o calendário de operações em razão da adoção da nova metodologia de cálculo das garantias financeiras do mercado de curto prazo. A partir deste mês, o período de aporte garantias foi estendido dos atuais quatro dias para seis dias úteis após a divulgação dos valores. Segundo a CCEE, a medida possibilita aos agentes maior prazo para o cumprimento de exigências burocráticas, legais e operacionais do processo. Além disso, a ampliação do prazo impactará nas datas da liquidação financeira do MCP, que passam a ocorrer em MS+30du (créditos) e MS+31du (débitos).

O novo calendário foi aprovado no último dia 19 de outubro, em reunião do conselho de administração da CCEE. As mudanças na metodologia são resultado de contribuições apresentadas em audiência pública que tratou do aporte de garantias financeiras. A alteração no procedimento de comercialização trouxe impacto nas datas da liquidação do MCP, no pagamento de penalidades e na liquidação de energia de reserva. Já o Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos (MSCD) permanece sem alterações.

Aprovados potenciais de 695 MW no Rio Piquiri (CanalEnergia) 30/11/09

Estudos sobre aproveitamentos foram apresentados pela Poente Energia, Egesa Engenharia, Performance Centrais Hidrelétricas e Engevix Engenharia
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou os estudos de inventário hidrelétrico do médio e baixo Rio Piquiri. Os aproveitamentos foram apresentados pela Poente Energia, Egesa Engenharia, Performance Centrais Hidrelétricas e Engevix Engenharia. De acordo com o despacho 4.388 do Diário Oficial da União da última quinta-feira, 26 de novembro, os estudos identificaram um potencial da ordem de 695,2 MW, por meio de 16 aproveitamentos. Os projetos estão localizados no trecho compreendido entre a cota 749,7 m e sua foz, o qual tem uma área de drenagem total de 24.156 quilômetros quadrados e é afluente pela margem esquerda do Rio Paraná.

UHE São Salvador inicia operação comercial de 121,6 MW (CanalEnergia) 30/11/09

Termelétrica em São Paulo e PCH em Santa Catarina também receberam autorização da Aneel
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação comercial completa da hidrelétrica São Salvador. A usina recebeu autorização para operar a unidade geradora 2, de 121,6 MW de capacidade instalada. Localizado no municípios de São Salvador e Paranã, no Tocantins, o empreendimento pertence à Companhia Energética São Salvador.

Uma térmica e uma pequena central hidrelétrica também receberam autorização para iniciar a operação comercial. A Usina Noroeste Paulista também teve as unidades geradoras TG1 e TG2 da térmica de mesmo nome aprovada para a operação comercial. As turbinas têm 30 MW cada, totalizando 60 MW. O empreendimento está localizada no município de Sebastianópolis do Sul, em São Paulo.

A Rodeio Bonito Hidrelétrica também teve cinco unidades geradoras da PCH Rodeio Bonito aprovada para a operação comercial. As turbinas 1, 2 e 3 tem 4,68 MW cada e as unidades 4 e 5 têm 0,32 MW, totalizando 14,68 MW. A usina está instalada nos municípios de Arvoredo e Chapecó, em Santa Catarina.

Testes - A Aneel autorizou ainda o início da operação em teste da unidade geradora TG-2, de 40 MW, da termelétrica Quirinópolis. Localizado no município de mesmo nome, em Goiás, o empreendimento pertence à U. S. J. Açúcar e Alcool. A empresa terá 60 dias após os testes para enviar relatório à Aneel confirmando ou corrigindo a potência estimada das turbinas. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União da última sexta-feira, 27 de novembro.

Marco Antonio Veloso, da Abragef: Vulnerabilidade dos sistemas elétricos (CanalEnergia) 30/11/09

Os números, algumas vezes, tornam-se enganosos e alarmantes. Para a tarifa média brasileira de R\$ 0,225/kWh, o custo da segurança em 2008 significou um adicional de 2,5%
Marco Antonio Veloso, da Abragef, Artigos e Entrevistas

O megadesligamento ocorrido na noite do dia 10 de novembro provocou muitas celeumas e declarações antagônicas em várias tentativas de imputação de culpabilidade ou inocências. Afinal, o “apagão” atingiu 18 estados brasileiros. Dentre outros, os mais populosos e desenvolvidos como Rio de Janeiro e São Paulo.

Houve uma pressa inexplicável de apresentar diagnóstico para o acontecido. Diagnóstico de um acontecido que, àquela hora – em torno das 23 horas do mesmo dia 10 de novembro – nem se sabia ao certo de que se tratava. Mais do que isso, seguindo uma nefasta tradição nacional, procurou-se, desde os primeiros momentos da escuridão quase nacional, um responsável a quem imputar a culpa pelo tal acontecido ainda indefinido. Responsabilidades, há também as coletivas. É aquela história do somos todos responsáveis, queiramos ou não.

Na calma pós-tempestade, seria razoável uma avaliação sensata e desapassionada do acontecido, agora, que já é fato razoavelmente desenhado e conhecido. Acontecido que tem exemplos clássicos em sistemas de potência de áreas muito mais desenvolvidas e densamente povoadas como o nordeste dos Estados Unidos da América. Será que não lembramos do black-out que atingiu, há alguns anos, aquela região, incluindo a cidade de New York? Já esquecemos que os gestores do sistema norte-americano - também interligado e muito mais interligado do que o brasileiro – cuja competência está fora de dúvida, levaram mais de 24 horas para restabelecer o serviço?

Não há sistema elétrico invulnerável. Claro que o grau de vulnerabilidade dependerá sempre dos padrões tecnológicos adotados na concepção e implantação, bem como na sua operação. No segmento de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, o Brasil não pode ser considerado tecnologicamente subdesenvolvido. Óbvio que os procedimentos, tanto aqueles adotados na operação rotineira como os adotados em situações extremas, a exemplo do recente black-out, devem ser objeto de permanente aperfeiçoamento.

A restauração do serviço em cerca de 4 horas é uma marca a se considerar. Reconheçamos que a interrupção de suprimento foi curta graças à qualificação técnica e o empenho das equipes da Itaipu Binacional – cuja hidrelétrica é um testemunho da competência da engenharia brasileira, - de Furnas Centrais Elétricas S.A. e, com o destaque que bem merece, do Operador Nacional do Sistema Elétrica – ONS. Essas instituições merecem o nosso respeito e reconhecimento pelo grau de excelência que atingiram.

Quanto à segurança operacional do sistema elétrico, só há um caminho para torná-la ainda mais efetiva. Deveríamos minimizar a exposição aos riscos. Riscos que, basicamente se vinculam ao regime hidrológico e às linhas de transmissão. Os azares da hidrologia, poderíamos driblá-los pela utilização de plantas geradoras que não utilizem a hidráulica como energia primária. Por outro lado, esses recursos não hidrelétricos deveriam ser posicionados nas proximidades das cargas. Assim, seriam eliminados os efeitos da vulnerabilidade das linhas de transmissão, possivelmente, o componente mais crítico do sistema elétrico, expostas que estão às intempéries e ao vandalismo. Tudo sinaliza para a adoção de geração termelétrica convenientemente distribuída. Um montante de cerca de 200 MW em termelétricas, adequadamente distribuído, teria assegurado, por exemplo, o funcionamento do metrô de São Paulo na noite do dia 10 deste mês.

É óbvio que segurança tem preço. As soluções, tanto técnica como economicamente, são viáveis. Lembrando o sábio Mané Garrincha, só seria necessário “combinar com o zagueiro adversário”. Ou seja, a sociedade estaria disposta a pagar o preço da segurança? Só como referência, tomemos o custo total do despacho pelo ONS, como medida preventiva, de geração térmica fora da ordem de mérito econômico, em 2008. Alardeia-se a astronômica quantia de R\$ 2 bilhões. Parece muito dinheiro. E é, se pensássemos na compra de pirulitos ou pipoca. Quando falamos de setor elétrico brasileiro, envolvendo algo em torno de 350.000 GWh/ano, essa montanha de reais reduz-se a míseros R\$ 0,005/kWh. É isso mesmo que você leu: meio centavo de real por kWh.

Os números, algumas vezes, tornam-se enganosos e alarmantes. Para a tarifa média brasileira de R\$ 0,225/kWh, o custo da segurança em 2008 significou um adicional de 2,5%. Isso equivale, em média, a um gasto mensal R\$ 3,70 para cada unidade consumidora, excentuando-se os 19 milhões de consumidores de baixa renda. Note-se que esse “seguro” é pago quando se necessita das garantias dele decorrentes. Em anos de fatura de água não haveria nenhum custo a ser adicionado à conta mensal.

Afinal, vale a pena pagar pela segurança? Diz o adágio recorrente no setor elétrico que “a energia mais cara é aquela que não se tem”. Quem viveu o black-out daquela terça-feira, literalmente negra, poderá opinar com conhecimento de causa. Afinal, Vox Populi Vox Dei.

Marco Antonio Veloso é diretor executivo da Associação Brasileira de Geração Flexível

Mudanças climáticas (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Luiz Carvalho

Governo brasileiro leva proposta defendida pelos trabalhadores à Conferência de Copenhague

No início de novembro, o governo brasileiro anunciou as metas que apresentará na Conferência Sobre a Mudança do Clima, em dezembro deste ano, na cidade de Copenhague, Dinamarca. O resultado do encontro, que contará com participação da CUT, substituirá o Protocolo de Kyoto, de 1997, responsável por estabelecer a redução de gases em 8%.

Definido como “Ações para Mitigação de Emissões até 2020”, o plano federal tem

como destaque a diminuição entre 36,1% e 38,9% de emissão de dióxido de carbono, um dos gases responsáveis por agravar o efeito estufa na Terra.

O índice brasileiro fica próximo aos 40% defendidos pela CUT e pelas demais centrais sindicais em um documento encaminhado ao governo (Leia aqui). A proposta foi apresentada também pela Secretária do Meio Ambiente da CUT, Carmen Foro, em encontro sobre a questão climática na cidade de Barcelona, no início deste mês.

Plataforma dos trabalhadores e política nacional

Além desse ponto, as entidades representativas dos trabalhadores apontam propostas como critérios de licitações públicas que levem em conta critérios ambientais para todos os países, a verificação dos inventários das emissões das empresas e o acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Para a dirigente, a decisão governamental representa um grande avanço. “A proposta brasileira foi muito ousada, visto que o Brasil não teria que apresentar metas a partir de Quioto, pois sua industrialização foi muito tardia. Mas quando você tem uma sociedade civil que cobra, participa, se manifesta e um governo consciente, responsável, que toma o leme, o resultado é esse. O Brasil para si uma liderança que vem se constituindo nacional e internacionalmente como nunca se viu”, define Carmen.

Ela acredita que o próximo passo deve ser a construção de articulações que fortaleçam o compromisso de outros governos com a sustentabilidade.

Compromisso cutista – A dirigente lembra ainda que a CUT e o Ministério do Meio Ambiente assinaram em agosto deste ano, durante o 10.º Concut (Congresso Nacional da CUT), um protocolo de acordo que dará aos sindicatos e às representações nos locais de trabalho o poder de participar dos projetos de política ambiental no interior das empresas de todos os ramos de atividade.

O ministro Carlos Minc também anunciou uma portaria que garante aos sindicatos o poder de fiscalizar o cumprimento de regras ambientais para aprovação dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e de licenças a novos empreendimentos. “A CUT saiu na frente garantindo uma maior intervenção dos trabalhadores e trabalhadoras e colocando os milhares de sindicatos cutistas como parceiros no processo de licenciamento ambiental, na verificação do cumprimento das políticas ambientais e, sobretudo, nas condições a que são submetidos os trabalhadores e trabalhadoras nas áreas como construção civil, siderurgia, e tantas outras onde as condições são precarizadas”, ressalta.

Política nacional

Outro grande passo rumo ao desenvolvimento sustentável aconteceu no último dia 26, quando o Senado Federal aprovou o projeto que institui a Política Nacional sobre Mudanças de Clima (PNMC). Caso seja aprovado, estabelece o compromisso do governo em reduzir as emissões de gás carbônico.

No mesmo dia foi criado ainda o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de garantir financiamento a estudos e programas referentes à mudança de clima e os impactos ambientais. O projeto segue para sanção presidencial.

EUA e China adotam postura responsável

Ao contrário do que haviam anunciado inicialmente, os Estados Unidos e a China, responsáveis por 50% das emissões de gases no planeta, anunciaram que irão apresentar uma proposta sobre a redução de emissão de gases em Copenhague.

O presidente dos EUA, Barack Obama, deve anunciar a intenção de diminuir em 18% a quantia de CO² produzida pelo país. Já o governo chinês foi mais audacioso: deve reduzir entre 40% e 45% a emissão de gás carbônico por unidade de PIB até 2020.

Carmen Foro acredita que a mudança decorreu da pressão da sociedade civil contra ambas as nações. “Caso não adotassem essa postura, EUA e China ficariam isoladas do restante do mundo e isso não condiz com o que se espera de lideranças mundiais. Seria uma decepção para o mundo e uma vergonha para eles”, define.

Somos fortes, somos CUT (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Paula Brandão, com informações CUT/PR

Federação e 10 sindicatos do ramo da alimentação do Paraná filiam-se à Central

Entidades oficializam filiaçãoA Central Única dos Trabalhadores passa a ter como filiadas mais onze importantes entidades do ramo da Alimentação. No último sábado, 28 de novembro, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação no Estado do Paraná (FTIA/PR) e mais dez sindicatos de sua base filiaram-se oficialmente à CUT em solenidade em Curitiba, Paraná.

A FTIA/PR possuiu 18 sindicatos filiados e representa cerca de 110 mil trabalhadores. Os dez sindicatos que se filiaram à CUT são: de Apucarana, Carambeí e Castro, Cascavel, Cianorte, Dois Vizinhos, Jaguapitã, Porecatu, Toledo e Umuarama, além do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação de Curitiba.

Além do presidente da Federação, Ernani Garcia Ferreira e dos delegados da FTIA/PR e demais entidades que se filiaram, participaram do evento, Siderlei Oliveira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (CONTAC/CUT); o presidente da CUT Paraná, Roni Anderson Barbosa; o secretário-geral nacional da CUT Quintino Severo e Jacy Afonso, secretário nacional de Organização da CUT.

FTIA/PR agora é CUT “A Federação já estava desvinculada de centrais sindicais há mais de quatro anos e devido a uma reorganização dos trabalhadores da alimentação no estado, os sindicatos, juntamente com a Direção Executiva da FTIA/PR, entenderam a necessidade de estarem filiados a uma central sindical. A escolhida foi a CUT em razão de estar mais bem organizada em âmbito nacional e também por causa do seu histórico de luta”, afirmou Ernani Garcia, ao explicar que a filiação à CUT surgiu a partir da percepção de que o ramo precisava ampliar suas relações organizativas.

“Essas filiações são um reflexo do trabalho que temos feito junto às bases em todo o Brasil e demonstra a vontade dos trabalhadores e trabalhadoras ligados a estas entidades. Em cada local que visitamos percebemos, cada vez mais, o anseio da base em estar filiada a uma central representativa, que luta e tem história, e esta central é CUT” ressalta Siderlei.

Para o presidente da CUT-PR “estas filiações representam o reconhecimento pelos trabalhadores da alimentação do trabalho desenvolvido pela CUT ao longo dos seus 26 anos de história. Para nossa Central é uma honra receber este ramo, ainda mais numa filiação extraordinária como esta, que envolveu uma grande Federação e mais dez sindicatos de uma só vez. Vamos desenvolver um trabalho junto ao ramo com ênfase na formação sindical e na saúde do trabalhador”, disse Roni.

“As entidades do ramo da alimentação do Paraná que se filiaram neste sábado estão de parabéns, pois fizeram valer a vontade das bases, que escolheram a CUT como a central que, a partir de agora, passa a representá-los”, destaca Quintino Severo.

“Estamos otimistas, pois estas filiações são um reconhecimento por parte dos trabalhadores e trabalhadoras de nosso potencial de organização e representatividade, declara Jacy Afonso. Trata-se de uma tendência que tem sido recorrente e isso nos dá fôlego para intensificarmos nosso trabalho para que ela se amplie ainda mais”, sublinha.

Secretaria Nacional da Juventude (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Isaías Dalle

Reunião do Coletivo Nacional da Juventude, dias 2 e 3, elabora plataforma de ação dos próximos três anos

Nas próximas quarta e quinta, dias 2 e 3, a Secretaria Nacional da Juventude da CUT realiza a primeira Reunião do Coletivo Nacional Juventude da Central. O local da reunião é o hotel Braston (rua Augusta, 467, São Paulo), sempre a partir das 9h.

"O que queremos em primeiro lugar é conseguir uma participação ampla de todos os secretários e secretárias das Estaduais da CUT e de todos os ramos que tenham organização de juventude", diz a secretária nacional, Rosana Sousa. "Deste encontro pretendemos elaborar uma plataforma com os eixos gerais de atuação para os três anos de mandato que temos pela frente", completa.

Rosana Sousa, secretáriaAo longo deste ano, especialmente no segundo semestre, foram realizados cursos de formação sindical para jovens lideranças em praticamente todas as regiões do País.

Rosana explica também que, a exemplo do que vai ocorrer durante a Reunião dos próximos dias 2 e 3, a Secretaria Nacional da Juventude vai procurar trabalhar em sintonia com os movimentos sociais, como forma de consolidar uma pauta ampla e ações unificadas. Neste sentido, a Secretaria acredita que um dos temas capazes de aglutinar a militância jovem é o desenvolvimento sustentável, que promova distribuição de renda e respeito ao meio ambiente.

Na Reunião serão encaminhadas também as tarefas que a Juventude da CUT vai realizar no IV Encontro Nacional da Juventude da CUT, no Fórum Social Mundial 10 Anos - Rio Grande do Sul, Fórum Social Mundial Temático da Bahia.

2 de dezembro

09:00 | Apresentação dos participantes e da dinâmica dos trabalhos - uso do Twitter

10:00 | MESA: A juventude e a Plataforma da Classe Trabalhadora para 2010

Exposições:

Rosane Silva - Sec.Nac. Mulher Trabalhadora CUT - Coordenação da Jornada Pelo Desenvolvimento

Rosana Sousa - Secretária Nacional de Juventude da CUT

Augusto Chagas - Presidente da UNE

Gabriel Medina - Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis (FONAJUVE)

12:30 | Almoço

14:00 | Conexão Sindical: apresentação da plataforma e utilização do instrumento

15:00 | MESA: Políticas públicas de juventude e promoção do trabalho decente

Exposições: Dr. Jorge Abrahão de Castro - Diretor de Estudos Sociais do IPEA

Denise Motta Dau - Secretária Nacional de Relações do Trabalho da CUT Nacional

16:30 | Trabalho em grupos:

"Quais os temas prioritários para a juventude da CUT?"

18:30 | Sistematização via Conexão Sindical

19:00 | Informe sobre Política internacional

Vinícius Sartorato - representante da CUT na Comissão de Jovens da CCSCS

20:00 | Lançamento do livro "Juventude em Perspectiva" sobre a pesquisa CUT/DGB/IOS com jovens dirigentes sindicais

3 de dezembro

09:00 | MESA: Desafios para a formação sindical da juventude da CUT

Exposições: José Celestino - Secretário Nacional de Formação da CUT

Mário Ladoski - Coordenador Pedagógico do Projeto Promoção da Juventude Sindical

10:30 | MESA: Política sindical e juventude - Organização por local de trabalho e negociação coletiva

Exposições: Patrícia Pelatieri - Subseção Dieese - CUT

Jacy Afonso - Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT

Apresentação dos Ramos

13:00 | Almoço

14:30 | Encaminhamentos

CUT no Seminário do SINAL: (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Leonardo Severo, de Brasília

"A crise apontou para a necessidade de maior controle sobre o sistema financeiro"

Jacy Afonso, Paulo e Belsito "A crise apontou para a necessidade de maior controle sobre o sistema financeiro e a convivência dos companheiros do BC com os demais sindicatos contribuirá para a formulação de ações conjuntas, que terão mais peso de influenciar decisões", afirmou o secretário Nacional de Organização da CUT, Jacy Afonso, no Seminário Avançando o SINAL, realizado pelo Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, dia 26, em Brasília.

No evento, transmitido ao vivo pela TV Bacen, Jacy Afonso sublinhou que a CUT tem toda disposição de reforçar a ação sindical do SINAL. "Queremos que seja uma avenida de mão dupla, onde vamos aprender com vocês, ao mesmo tempo que transmitiremos experiências de outros trabalhadores", declarou o dirigente cutista, sublinhando que "o fundamental é que o Sindicato escolha uma Central para se filiar".

Veterano dirigente bancário e ex-presidente do Sindicato de Brasília, Jacy Afonso ressaltou que, no caso da filiação do SINAL à CUT, o segmento não perderá sua autonomia, porque filiação não significa passar procuração. "Quem vai negociar com a direção do Banco Central é o SINAL, acompanhado pela CUT, é assim que nós fazemos. Por princípio, quem manda na nossa Central são os sindicatos e quem manda nos sindicatos são os seus sócios".

Jacy Afonso destacou o compromisso com a defesa dos interesses dos servidores das carreiras exclusivas de Estado, lembrando que esta luta deve estar vinculada não à corporação, mas a uma questão de cidadania. "A profissionalização do serviço público deve ser permanente, é do interesse do conjunto da sociedade, por isso não podemos transformá-la numa ideologia das carreiras", sublinhou.

Expressando "a vocação da CUT pela ação sindical de base unitária", Jacy Afonso citou o exemplo da recente marcha das centrais a Brasília, onde participaram 50 mil trabalhadores, em defesa da redução da jornada e da ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT, entre outras importantes reivindicações. "Infelizmente, no dia seguinte, os jornais e televisões não noticiaram. Por isso é importante, e o SINAL está participando do debate, a realização da Conferência Nacional de Comunicação, pois nós queremos democratizar os meios de comunicação, queremos ter a possibilidade de dialogar com o conjunto da sociedade sobre a forma como a grande imprensa noticia, distorcendo e desvalorizando o trabalho dos sindicatos", denunciou. Citando vários casos de greves que foram invisibilizadas, por ferirem interesses econômicos ou de governos, apontou-as como demonstrações de que "a grande mídia joga na divisão da classe trabalhadora e que não podemos aceitar provocações".

O dirigente cutista frisou que a Central continua na briga pela ratificação da Convenção 87 da OIT, "que garante a liberdade e a autonomia sindical", ressaltando que a CUT também é contra o imposto sindical, "pois entendemos que a taxa negocial, aprovada em assembléia, com direito de oposição, é a forma mais democrática".

Segundo o presidente do SINAL, Sérgio da Luz Belsito, "o cenário no mundo sindical está em mutação e o advento da Lei 11.648, reconhecendo os espaços e as conquistas das Centrais Sindicais, e também a discussão da contribuição sindical do servidor público e a maior inserção nos debates dos problemas sociais, foram algumas das motivações que levaram o núcleo estratégico do SINAL a propor em nossa instância máxima de poder, a AND, o início dessa discussão". "A preocupação do SINAL é avançar na ratificação da Convenção 151 da OIT, assegurando a negociação coletiva do servidor público, bem como garantir legitimidade e eficácia no canal de negociação", acrescentou.

Para Belsito, "o SINAL, como sempre tem feito em sua história, promoverá o debate que for necessário para o entendimento, amadurecimento e posicionamento final da categoria, agindo assim com toda responsabilidade, já que o tema exige aprofundamento".

"Após todos os esclarecimentos e outros eventos que possam ocorrer, o SINAL realizará um plebiscito de maneira a aferir a efetiva vontade política do funcionalismo sobre a filiação a uma central sindical. O propósito de vincular-se organicamente é uma disponibilidade e um desafio para todos nós", disse Paulo Eduardo de Freitas, o primeiro presidente do SINAL, que coordenou os debates.

No encerramento do Seminário, Belsito conclamou as centrais a cerrarem fileiras na luta pela aprovação de um projeto de lei do SINAL de regulamentação do sistema financeiro. "Nós pretendemos que o artigo 192 da Constituição seja regulamentado e que tenhamos um sistema financeiro mais voltado para a defesa do consumidor e também para a sustentabilidade da economia. Gostaríamos do apoio de todos. Colocaria aqui às seis centrais um pleito dos servidores públicos, que hoje se sentem praticamente abandonados desde a reforma da Previdência, assim como os trabalhadores da iniciativa privada que perderam vários direitos", destacou o presidente do SINAL.

Belsito lembrou que "existem três PECs que estão sendo retomadas no sentido de tentar recompor essas questões, fundamentais no serviço público. A PEC 555/06, que tenta acabar com a tributação previdenciária de aposentados e pensionistas; a PEC 210/07, que busca recuperar direitos retirados abruptamente dos servidores e a PEC 270/08, que tem um aspecto social fundamental e talvez não tenha a divulgação necessária. É o problema daquele servidor público, independente da categoria, de ser ou não carreira de Estado, que ao ter algum problema de saúde acaba se aposentando em situação muito pior daquele que está na iniciativa privada. Gostaríamos que essas PECs passassem a ser observadas pelas Centrais. Encerro o Seminário satisfeito com o debate, agradeço aos colegas pela presença, às centenas de pessoas que estiveram acompanhando pela TV, a todas as centrais e às entidades aqui presentes".

Atividade cultural (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Luiz Carvalho

Nesta quinta (3): CUT promove pré-estréia de "Lula, o filho do Brasil"

No dia 3 de dezembro, às 21h, a Central Única dos trabalhadores promoverá a pré-estréia de "Lula, o filho do Brasil" em São Paulo para 430 convidados.

A exibição ocorrerá no histórico cinema Marabá, na esquina da avenida Ipiranga com a São João, região central da cidade de São Paulo.

Com direção de Fábio Barreto, a obra retrata a vida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde o nascimento, em 1945, no sertão de Pernambuco, até a formação do líder sindical nas fábricas e no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em 1980, três anos antes de participar da fundação da CUT.

O elenco conta com 130 atores. Rui Ricardo Diaz faz o papel de Lula dos 18 aos 35 anos, Glória Pires interpreta Dona Lindu, mãe de Lula, Cléo Pires vive a primeira mulher do presidente e Juliana Baroni atua como a primeira-dama Marisa Letícia.

Segundo Luiz Carlos Barreto, idealizador do projeto e produtor, a idéia foi retratar o homem comum por trás da figura pública, que possui uma "extraordinária capacidade de superar dificuldades".

Para assistir ao trailer, acesse a página oficial do filme: <http://www.lulaofilhodobrasil.com.br/>

Trabalhador sindicalizado tem desconto em ingresso – Os trabalhadores sindicalizados já podem adquirir ingressos para o filme “Lula, o filho do Brasil” pelo preço simbólico de R\$ 5.

Basta apresentar a carteirinha que comprove a filiação a qualquer sindicato do País nas bilheterias das redes Cinemark, UCI e Grupo Severiano Ribeiro. A promoção é válida até o dia 3 dezembro.

No ato da compra, o trabalhador deverá escolher data e hora da sessão pretendida, observando o período da exibição (entre 1 e 7 de janeiro de 2010).

Para consultar dias e horários da apresentação do filme, consulte os sites www.cinemark.com.br, www.ucicinemas.com.br e www.severianoribeiro.com.br.

Mais desconto – Já a partir do dia 15 de janeiro de 2010, os sindicalizados poderão adquirir um ingresso com 50% de desconto, mediante a apresentação de uma carteirinha que comprove a filiação e um documento com foto nos cinemas citados acima.

Novidades do Partido da Imprensa Golpista (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Augusto Chagas, presidente da UNE

Ataques do Estadão à UNE: mais um capítulo da criminalização dos movimentos sociais

A principal manchete do jornal O Estado de São Paulo deste domingo acusa: “UNE é suspeita de fraudar convênios”. Em toda a página de abertura do caderno, o jornal julga: “a UNE fraudou convênios, forjou orçamentos”. Categoriza-nos de “aliados do governo” e afirma: “a organização estudantil toma dinheiro público, mas não diz nem quanto gastou nem como gastou”.

A afirmação “UNE é suspeita” não veio de nenhum órgão de polícia ou de controle de contas públicas, é uma afirmação de autoria e responsabilidade de O Estado de São Paulo. A principal acusação é de um orçamento de uma empresa não localizada, que aparece numa previsão orçamentária. De resto, outro orçamento de uma empresa que funciona num pequeno sobrado e especulação sobre convênios que ainda não tiveram suas contas aprovadas.

O fato é que a UNE nunca contratou nenhuma das duas empresas, apenas fez orçamentos, ao contrário do que a matéria, de modo ladino, faz crer. Sobre os convênios, o jornal preferiu ignorar as dezenas de convênios públicos executados pela UNE nos últimos anos – todos absolutamente regulares. Ignora também os pedidos de prorrogação de prazos feitos aos convênios citados, procedimento usual e que não tem nada de ilícito.

A diferença no peso dado a duas notícias na capa desta mesma edição evidencia mais ainda suas opções. Com muito menor destaque, denuncia os vídeos e gravações de um escândalo de compra de parlamentares, operadas pelo próprio governador do Distrito Federal. Apenas a penúltima página do caderno trata do escândalo, imperceptível sob a propaganda de um grande anunciante do jornal. Uma pequena fotografia mostra os R\$100 mil que foram anexados ao inquérito divulgado pela Polícia Federal. A matéria, em tom jornalístico, não acusa. Pelo contrário, diz que os vídeos, “de acordo com a investigação”, revelam um suposto esquema de corrupção. Talvez o jornalista não tenha assistido às gravações...

Há pelo menos 17 anos este jornal não oferecia à União Nacional dos Estudantes uma manchete desta proporção. A última acontecera no Fora Collor. A hipocrisia da sua linha editorial precisa ser repudiada. Não apenas como esforço de defender a UNE das calúnias, mas para desmascarar os seus reais objetivos.

O principal deles é a desqualificação e criminalização dos movimentos sociais. O MST enfrenta um destes momentos de ataque, seja através da CPI recriada no Congresso pelos ruralistas, seja através da sistemática campanha que procura taxá-lo como “criminoso” para a opinião pública. As Centrais Sindicais sofrem a coerção econômica do patronato,

policialesca do sistema judicial, e a injúria de parte da grande mídia. A UNE, que acaba de construir o congresso mais representativo dos seus 72 anos de vida, foi tratada como governista, vendida, aparelhada e desvirtuada de seus objetivos pela maioria das grandes rádios, jornais e revistas.

A grande imprensa oscila entre atacar os movimentos sociais ou ignorá-los - como fez recentemente com a marcha de mais de 50 mil trabalhadores reunidos em Brasília reivindicando a redução da jornada de trabalho. Este jornal, por exemplo, não achou o fato importante a ponto de noticiá-lo.

As organizações populares e democráticas devem ter energia para reagir prontamente. É fundamental que o façam de maneira unificada, fortalecendo-se diante dos interesses poderosos que enfrentam. Que fique claro: o setor dominante tenta impedir as profundas transformações que estas organizações reivindicam e que são tão necessárias à emancipação do povo brasileiro e à conquista da real democracia no país.

A manchete do Estadão evidencia também a maneira como a grande mídia trata o problema da corrupção no Brasil: como instrumento de luta política por seus objetivos e com descarado cinismo. Seja pela insistente campanha para desconstruir no imaginário popular a crença na política e no Estado, ou pelas escolhas que faz ao divulgar com destaque desproporcional irregularidades que envolvem aliados ou adversários, criando ou abafando crises na opinião pública.

Na verdade, pouco fazem para enfrentar os verdadeiros problemas da apropriação privada daquilo que é público. A UNE, pelo contrário, sempre levantou a bandeira da democracia. Alguns de nossos mais valorosos dirigentes deram a vida lutando por ela. E afirmamos com veemência: a UNE trata com absoluta responsabilidade os recursos públicos que opera e os aplica para atividades de grande interesse da sociedade.

Às vésperas da primeira Conferência Nacional de Comunicação, o movimento social deve intensificar a luta pelos seus direitos. O enfrentamento à despótica posição da mídia brasileira é um dos grandes desafios que o país terá na construção da democracia que queremos.

O movimento social brasileiro vive um momento de grande unidade, que pode ser visto pela sólida relação entre as Centrais Sindicais e pelo fortalecimento da Coordenação dos Movimentos Sociais. Não à toa, a UNE foi mais uma vez atacada. "Saibam que estamos preparados para mais editoriais, artigos, comentários e tendenciosas 'notícias'", afirmei em artigo publicado no dia 24 de julho, apenas cinco dias após a realização do nosso 51º Congresso. Os meses que se passaram não tornaram a afirmação anacrônica. Pois que todos saibam que a UNE não transigirá um milímetro de suas convicções e disposição de luta por um Brasil desenvolvido e justo.

Taubaté (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Luiz Carvalho

PLR 2009 dos trabalhadores na Gestamp somam R\$2.313 mi

Os trabalhadores nas duas unidades da empresa de autopeças Gestamp (Unidade Distrito Piracangaguá e Unidade Volkswagen) aprovaram a proposta da PLR 2009 na tarde desta sexta-feira, dia 27.

A proposta aprovada nas Unidades da Gestamp garante a injeção de R\$2.313 mi na economia local.

Os trabalhadores na Unidade Distrito Piracangaguá já receberam a 1ª parcela da PLR no mês de junho e recebem a 2ª parcela no mês de janeiro de 2010. Os trabalhadores na Unidade Volkswagen recebem a PLR em parcela única no mês de dezembro.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Isaac do Carmo, a proposta aprovada representa uma importante conquista para os trabalhadores na Gestamp.

"As propostas aprovadas mostram que a crise não é desculpa para deixar de garantir aos trabalhadores um aumento substancial em relação às primeiras parcelas de 2008", disse Isaac.

A Gestamp Unidade Distrito Piracangaguá tem cerca de 630 trabalhadores e a Gestamp Unidade Volkswagen tem aproximadamente 200 trabalhadores. A fornece para as grandes montadoras, entre elas Volkswagen e GM.

Em São Paulo (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Apeoesp

Professores aprovam nova assembléia no dia 1º de dezembro

Em assembleia realizada na quinta-feira, 26 de novembro, cerca de 4 mil professores aprovaram nova assembléia, com paralisação, para o próximo dia 1º de dezembro, às 16h30, contra a avaliação por mérito, pelo caráter classificatório da prova dos ACTs (sem divisão por categorias), em defesa da carreira e pela reposição salarial para todos, já!

Por decisão da assembleia, seguindo o plano de lutas aprovado na IV Conferência Estadual de Educação “Jane Beauchamp” da APEOESP, os professores NÃO PARTICIPARÃO da “promoção por mérito”, que desrespeita a carreira, fragmenta e promove a competição entre os docentes.

A assembleia em 1º de dezembro ocorrerá na mesma data em que se realizará a reunião da Diretoria da APEOESP com o Secretário da Educação, agendada inicialmente para esta quinta-feira, mas desmarcada pelo governo. É de suma importância que todos os docentes que participaram da assembléia nesta quinta-feira tragam seus colegas, paralise sua escola e reforcem a luta contra os projetos deste governo.

Greve no início do ano

Os professores também ratificaram a proposta de greve para o início do ano letivo de 2010, caso as reivindicações não sejam atendidas: 27,5% de reajuste salarial; 6% de reposição das perdas de 2009; incorporação da GAM e da GG com extensão aos aposentados; fim da política excludente de “promoção por mérito”. Para tanto, a APEOESP buscará a unificação com as outras entidades do magistério e, como parte do processo de luta, realizará o “bota-fora” de Serra e Paulo Renato, algozes da categoria.

Mais uma vez, ficou patente o descontentamento da categoria com as políticas adotadas pelo governo José Serra e pelo secretário Paulo Renato Souza, que reagiu com um BASTA aos ataques governamentais. Até agora, a administração não se manifestou se o provão dos ACTs será eliminatório ou classificatório. A APEOESP não abrirá mão do caráter classificatório da prova, e reforça sua defesa de que a atribuição de aulas e/ou classe se dê pela seguinte ordem: professores efetivos, estáveis pela Constituição de 1988, estáveis pela Lei da SPPrev e categoria “L”.

Os ataques também atingem os professores efetivos. A Lei Complementar 1097/2009 (PLC 29) arreventa com a carreira do magistério, ao impor uma avaliação para que o professor tenha direito a reajuste salarial. Além disso, este direito fica limitado a até 20% dos professores – sejam eles efetivos, estáveis ou ACTs –, deixando de fora pelo menos 80% da categoria. Por isso, a assembleia aprovou o total boicote a esta avaliação do PLC 29.

Também reforçou a necessidade de ampliação da luta contra a municipalização e qualquer reforma da educação básica que retire disciplinas do currículo e pela imediata aplicação da jornada da Lei do Piso.

Redução da jornada (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Isaías Dalle

Câmara de Passo Fundo (RS) aprova moção de apoio à PEC 231/95

A Câmara Municipal de Passo Fundo (RS) aprovou uma moção de apoio ao projeto de emenda constitucional que reduz a jornada de trabalho semanal sem reduzir salários. A moção, datada de 11 de novembro, foi assinada pelas bancadas do PT, PCdoB, PDT, PTB, PMDB, DEM, PP, e PSB.

A iniciativa de aprovar a moção foi do vereador petista Rui Lorenzato. Entre as principais justificativas para o apoio à PEC 231/95, os vereadores passo-fundenses apontam a geração de empregos e melhor qualidade de vida.

Já na Câmara dos Deputados, em Brasília, o processo de aprovação da PEC passa neste momento por um grupo de trabalho que vai negociar uma forma de encaminhá-la ao plenário. A bancada dos empresários, representada por Armando Monteiro Neto, presidente da CNI e deputado pelo PTB, garante que, se enviada diretamente ao plenário, a PEC será derrotada.

Está prevista uma reunião desse grupo de trabalho para o próximo dia 10.

Organização (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Contraf-CUT

Bancários fazem 5ª Reunião das Redes Sindicais de Bancos Internacionais

Trabalhadores dos bancos HSBC, Itaú Unibanco e BBVA estiveram reunidos na última quinta e sexta-feira, dias 26 e 27 de novembro, em Santiago no Chile, para a primeira etapa da 5ª Reunião Conjunta das Redes Sindicais de Bancos Internacionais. Os dirigentes debateram formas de luta pela organização sindical dos trabalhadores, direito garantido pela OIT e diversas entidades internacionais, mas frequentemente desrespeitado pelas empresas de toda a América Latina.

"Realizamos um debate profundo, com uma intensa troca de experiências entre os bancários dos vários países", afirma Ricardo Jacques, secretário de Relações Internacionais da Contraf-CUT.

O evento continua nesta terça e quarta-feira, dias 1 e 2 de dezembro, em São Paulo, com a participação de dirigentes sindicais do Banco do Brasil, Santander e da Rede Internacional de Bancos Públicos. A Contraf-CUT já recebeu inscrição de 160 dirigentes de vários países para essa segunda etapa.

Globalização da luta

Um dos focos do encontro é a utilização pelos trabalhadores de mecanismos internacionais como as Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a ISO 26000, norma internacional sobre responsabilidade social.

Para subsidiar o debate, o economista Marcel Claude apresentou, no Chile, uma análise crítica da eficácia e aplicabilidade das Diretrizes da OCDE na luta dos trabalhadores. O debate prosseguiu com uma apresentação de Claudio Arcos, que fez um informe detalhado das discussões da ISO 26000.

Regulamentação do sistema financeiro

O evento também debateu o papel dos trabalhadores na construção da nova regulamentação do sistema financeiro internacional. Os bancários assistiram a apresentação sobre o tema de Hugo Fazio, economista e vice-presidente do Banco Central do Chile no Governo de Allende.

Ele traçou um panorama mundial a partir da crise financeira, apontando que as respostas dos governos deixaram preocupações. O primeiro problema visto pelo economista é a definição do G20 como fórum para as discussões, entidade que ele considera com baixa representatividade.

Outra questão destacada por Fazio é que as propostas até agora apresentadas mantêm o sistema financeiro nas mesmas condições e com a mesma proposta política que ocasionou a crise. Por fim, o economista alertou que o movimento sindical até agora não conseguiu construir um projeto internacional de reforma do sistema que leve a repensar o modelo de divisas e recriar o sistema financeiro com regras e sob a supervisão do Estado.

Integração (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Valter Bittencourt - Imprensa CNM/CUT

CNM/CUT participa de projeto que visa discutir sindicalismo, globalização e multinacionais

Entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro, trabalhadores metalúrgicos do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Espanha participam do primeiro módulo do "Projeto de Formação de Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Industrial para Negociação Coletiva no Marco da Globalização". O evento acontece na nova sede da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), em São Bernardo do Campo-SP.

A ação tem o objetivo de aumentar o grau de conhecimento dos processos de concentração, reestruturação e de políticas públicas e privadas que afetam os setores produtivos. "A partir de estudos e de encontros temáticos será possível avaliar a situação atual e construir propostas que possibilitem atuar frente as transformações nos processos de gestão das empresas", disse o secretário de Formação da CNM/CUT, Paulo Cayres.

O projeto é parte do Laboratório Industrial Sindical Mercosul-União Europeia, que foi concebido nos anos de 2002-2003 e envolve entidades sindicais da Argentina (CTA-Fetia), Chile (Constramet), Brasil (CNM/CUT), Uruguai (UNTMRA) e Espanha (Fed. Ind. de CC.OO).

"Para o desenvolvimento do projeto foram escolhidos como prioritários e estratégicos os setores automotivo, aeronáutico, eletro-eletrônico, naval e siderúrgico, por ser forte a presença de multinacionais nos países envolvidos", disse o secretário-geral da CNM/CUT, Valter Sanches.

Esta nova fase tem como principais objetivos:

1 - Capacitar e qualificar a ação dos dirigentes em relação a negociação coletiva em empresas multinacionais do setor metalúrgico;

2 - Que estes mesmos dirigentes atuem enquanto multiplicadores e formadores em temas relacionados as especificidades da negociação em empresas multinacionais e;

3 - Definir estratégias e metas a serem atingidas, em nível local e internacional, com vistas a qualificar o processo de negociação em empresas multinacionais instaladas ou que poderão instalar-se nestes países além de fortalecer redes de trabalhadores em empresas multinacionais e a ação sindical internacional.

Agenda de Módulos

Brasil - Novembro de 2009

Argentina - Abril de 2010

Espanha - Setembro de 2010

Uruguai - Fevereiro de 2011

Chile - Outubro de 2011

Brasil - Março de 2012

Módulo I: Sindicalismo, Globalização, e Multinacionais

Data: 30/11 e 01, 02 e 03 de dezembro de 2009

Local: Sede da CNM/CUT - São Bernardo do Campo - São Paulo - Brasil

1º dia - 30/11/2009

- Abertura, apresentação e integração, elaboração do perfil do grupo

- Organização de um painel comparativo anos 90 e 2000 por país.

- Discussão do texto, Mundialização: o capital financeiro no comando. François Chesnais

2º dia - 01/11/2009

- Apresentação dos painéis elaborados por país no dia anterior.

- Aulas conceituais sobre globalização, discussões e debates cruzando as informações trazidas pelos sindicalistas e os conceitos apresentados pelos convidados.

Doutor Carlos Ruiz - Professor Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais - UFRS

Mestre Kjeld Jakobsen - Consultor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ex Secretário de Relações Internacionais da CUT.

3º dia - 02/11/2009

- Visita à fábrica Auto Metal, de Diadema e Mercedes, São Bernardo do Campo

- Participação do grupo na abertura da Plenária Estatutária da CNM.

4º dia - 03/11/2009

- Palestra, discussões e debates sobre a Interdependência Econômica e Mundialização do Capital.

Doutor José Dari Krein- Diretor Adjunto do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - UNICAMP

- Atividades do intermódulo (atividades que serão propostas até a realização do próximo encontro).

- Avaliação do encontro.

UNICAMP: Seleção para o Curso de Especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por CUT

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia
Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho

Seleção para o Curso de Especialização em
Economia do Trabalho e Sindicalismo
2010

Inscrições prorrogadas até 30 de novembro de 2009

Duração do Curso: março de 2010 a dezembro de 2010

Objetivo do Curso

Formação de profissionais para ocupar posições de assessoramento ou direção de órgãos públicos e privados no campo da economia e relações de trabalho. O aluno aprovado obterá o Certificado de Especialização em “Economia do Trabalho e Sindicalismo”.

Estrutura do Curso

Disciplinas

HO-015: Introdução à Macroeconomia

HO-016: Desenvolvimento Econômico

HO-117: Padrão de Industrialização e Sindicalismo nos Países Avançados

HO-118: Mercado de Trabalho, Salários e Sindicatos no Brasil

HO-250: Empresas e Relações Industriais

HO-251: Sindicatos e Ação Sindical

HO-600: A Industrialização Brasileira

HO-610: Políticas Sociais no Brasil

ES-687: Monografia

Inscrição de Candidatos

O pedido de inscrição deverá ser acompanhado de:

Curriculum vitae, com cópias da documentação de atividades profissionais, diploma(s) do curso de graduação (e outros, se houver) e respectivo(s) histórico(s) escolar(es);

Duas cartas de referência de pessoas com as quais tenha trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos;

Declaração do candidato ou do chefe imediato de que se dedicará com exclusividade e em tempo integral ao curso pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, tendo já encaminhado pedido de liberação à sua instituição nesse sentido.

Preenchimento da ficha de inscrição, disponível no site ou junto à Secretaria Acadêmica do IE/Unicamp.

Seleção

Os alunos são selecionados por meio de concurso específico realizado pela Comissão de Pós-Graduação do Instituto de Economia da UNICAMP, constando de:

1a. Fase: Avaliação do Currículo.

2a. Fase:

Exame escrito sobre temas de atualidade em Economia do Trabalho em data e local a serem fixados para os selecionados na fase anterior; e

Entrevista.

Obs. Somente serão chamados para a prova escrita e a entrevista os candidatos(as) que forem aprovados na 1ª fase (avaliação do currículo, cartas de referência).

Foco e Exigências do Curso

O curso é voltado, principalmente, para os profissionais que atuam nas áreas de economia do trabalho, relações de trabalho e sindicalismo, tais como técnicos e pesquisadores de nível superior de ensino de entidades públicas e privadas (sindicatos patronais e laborais, centrais sindicais, empresas, órgãos de assessoria, Justiça do Trabalho, Ministérios e Secretarias do Trabalho ou de Economia).

Exige-se que o aluno provado tenha dedicação integral ao curso, sendo obrigatória a frequência mínima de 75% às aulas ministradas, sob pena de reprovação.

Curso gratuito

O curso é gratuito, incluindo o material didático.

Não está prevista a concessão de bolsas de estudo. Portanto, recomenda-se aos candidatos pleitearem liberação com vencimento nas suas instituições de origem.

Corpo Docente

Adriana Nunes, Doutora

Alexandre Gori Maia, Doutor
Amilton José Moretto, Doutor
Anselmo Luís dos Santos, Doutor
Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, Livre Docente
Claudio Salvadori Dedecca, Titular
Daví José Nardy Antunes, Mestre (2)
Denis Maracci Gimenez, Doutor
Eduardo Fagnani, Doutor
Eugênia Troncoso Leone, Doutora
José Dari Krein, Doutor
José Ricardo Barbosa Gonçalves, Doutor
Marcelo Weishaupt Proni, Doutor
Marcio Pochmann, Livre-docente (1)
Marco Antônio de Oliveira, Doutor (1)
Maria Alejandra Caporale Madi, Doutora
Maria Alice Remy, Mestre (2)
Paulo Eduardo de Andrade Baltar, Livre Docente
Sônia Terezinha Tomazini, Mestre (2)
Waldir José de Quadros, Livre Docente
Walter Barelli, Doutor
Wilnês Henrique, Doutora (1)

(1) Afastado temporariamente

(2) Tese de doutorado em andamento

Informações
Secretaria Acadêmica do Instituto de Economia da UNICAMP

Caixa Postal 6135 - 13083-857 – Campinas, SP

Fones: (19) 3521.5713/3521.5737/3521.5736 - Telefax: (19) 3289.2214

E-mails: posgrad@eco.unicamp.br

Recuperação da indústria pós-crise está consolidada, diz FGV (CUT Nacional)
30/11/09

Escrito por Informes

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) constatou, pela décima vez consecutiva, alta no Índice de Confiança da Indústria (ICI), que apresentou variação de 2,4% em novembro ante outubro. Numa escala de zero a 200, a percepção otimista alcançou 109,6 pontos ante 107. É o maior nível desde agosto do ano passado (113,3 pontos).

De acordo com a análise técnica da FGV, o resultado indica que a recuperação do setor está consolidada, após a crise financeira internacional. Em relação ao resultado de igual mês de 2008, quando as atividades da indústria já estavam sob o efeito da crise, houve elevação de 35%, na maior alta desde julho de 2004 (42,4%) nesse tipo de comparação.

A apuração relativa ao Índice da Situação Atual (ISA) mostrou um aumento de 2,9%, de 105,1 para 108,1 pontos. A principal contribuição foi o otimismo sobre os negócios, em que a parcela dos empresários que acreditam em bons resultados passou de 26,7% para 29,9%. Os que consideram o desempenho fraco caiu de 19,2% para 18%.

No Índice de Expectativas (IE), a alta foi de 1,8%, com 111 pontos ante 109 pontos. Sobre as projeções para os próximos 12 meses, 57,7% dos 1.122 entrevistados acenaram com a expectativa de melhora e apenas 2,6% esperam resultados piores. As informações são da Agência Brasil.

Lula reafirma que Brasil não vai reconhecer eleições realizadas em Honduras (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Informes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou que o Brasil não vai reconhecer o resultado das eleições realizadas em Honduras nesse domingo (29). Ao chegar para a 19ª Cúpula Ibero-Americana, na cidade de Estoril, o presidente disse que o país não voltará atrás e ressaltou que legitimar o resultado eleitoral hondurenho pode abrir um grave precedente na América Latina.

"O Brasil não tem por que repensar a questão de Honduras. É importante ficar claro que a gente precisa, de vez em quando, firmar convicção sobre as coisas, porque isso serve de alerta para outros aventureiros", disse o presidente.

Lula considerou "um sinal perigoso e delicado" o fato de os golpistas não terem permitido que Zelaya voltasse ao poder para coordenar o processo eleitoral. "Ainda existem muitos países, sobretudo da América Central, em situação de vulnerabilidade política. Portanto, o Brasil não tem que reconhecer nem repensar a questão de Honduras", afirmou.

O presidente minimizou as divergências com o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em relação à situação política em Honduras. "Obviamente que nós temos discordância sobre como foi tratada a questão de Honduras, mas também se entre dois chefes de Estado não tiver nenhuma discordância, não tem graça", disse Lula, que não descartou a possibilidade de eventuais recuos entre os presidentes dos países da América do Sul, que, em princípio, declararam que não reconheceriam o resultado das eleições hondurenhas.

Segundo ele, cada país tomará a decisão em função da própria realidade política. "Eu acho que os países da América do Sul que tomaram a decisão, certamente alguns poderão manter outros não, mas o Brasil manterá a posição porque não é possível a gente aceitar um golpe, seja ele militar, seja ele disfarçado de civil, como foi o golpe de Honduras".

O presidente Manuel Zelaya foi tirado do poder em 28 de junho por um golpe de Estado. Cerca de três meses depois, ao retornar clandestinamente a Tegucigalpa, recebeu abrigo na embaixada brasileira, onde permanecerá até que sua segurança seja assegurada, afirmou o presidente.

"Até que o governo de Honduras dê garantias de vida para o presidente Zelaya, ele vai ficar na embaixada brasileira. Nós não podemos permitir que ele saia sem que haja garantia de segurança para que volte para sua casa. É no mínimo uma piada tudo isso, mas, de qualquer forma, faz parte da cultura latino-americana", disse.

Abstenção alta

Em Honduras, o presidente deposto, Manuel Zelaya, afirmou o índice de abstenção foi muito alto durante o processo de votação, chegando em torno de 65%, segundo informações que ele disse ter recebido de diferentes regiões do país.

"Pelas fontes que tenho do interior do país existem lugares onde a abstenção foi de 40% e em outros chega a 80%", disse por telefone Zelaya à Agência EFE, da Embaixada do Brasil em Tegucigalpa.

Em contato com a Telesur, Zelaya assinalou sua condição de prisioneiro, no marco das eleições impostas, afirmando que elas são "uma fraude evidente que o povo não apoia".

Zelaya sublinhou que o regime mantém o povo reprimido e condenou a posição dos Estados Unidos, ao dar sinal verde para a eleição, que pretende apenas limpar a barra de um golpe de Estado militar, ao mesmo tempo que perguntava "É isso que os Estados Unidos querem para a América Latina?"

Sinsep participa da Conferência Municipal das Cidades (CUT Nacional) **30/11/09**

Escrito por Imprensa Sinsep

A 4ª Conferência Municipal das Cidades de São José dos Pinhais, realizada no último sábado, 28, contou com a presença no Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e colaboração do Sinsep, que participou da comissão preparatória, promoveu a pré-conferência e contribuiu com a formulação de propostas referentes ao Concidades (Conselho Municipal das Cidades) e Planos Setoriais. Os representantes do sindicato foram enfáticos em pautar a democracia de legitimidade dos conselhos municipais.

No início do evento, o pronunciamento de Paulo Bernardo foi sobre o aumento dos investimentos que o Governo Federal direcionou para a habitação a partir de 2005, quando foi criado o Fundo Nacional de Habitação e Direito Social. De acordo com o ministro, em 2005 foram R\$ 300 milhões; em 2006 R\$ 500 milhões; numa progressão que já alcançou R\$ 1 bilhão. Já o Programa de Aceleração do Crescimento, criado em janeiro de 2007, teve um investimento inicial de R\$ 4,5 bilhões.

"O Brasil está num momento extremamente positivo, o que se pode verificar nos jornais do mundo inteiro", afirmou Paulo Bernardo, dizendo que "não podemos nos contentar e parar por aqui, deixando as cidades do jeito que estão". A criação de corredores para transporte coletivo e melhoria do sistema viário foram pontuados pelo ministro como necessidades de todo país.

Incentivando a democracia e o controle social diante das propostas e projetos formulados pela Administração, o ministro falou: "ninguém é obrigado a concordar com ninguém, mas sim a buscar a concordância para obter um resultado positivo para todos". Esta perspectiva faz parte do trabalho diário do Sinsep, que cobra da Administração a realização de audiências públicas, com promoção de amplo debate para que sejam atendidos os interesses do povo.

Para a palestrante Liana Carleial, Diretora de Análises Regional do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, "neste país, em qualquer dimensão política, precisaremos sempre enfrentar o desafio da democracia nas políticas públicas".

Liana também falou sobre o destaque de São José dos Pinhais no cenário nacional, município que teve seu crescimento impulsionado pela instalação de indústrias diretamente ligadas a São Paulo, cidade que comporta o maior pólo industrial do país. Sobre este desenvolvimento, ela explicou que SJP está classificada como cidade média. Cidades médias são aquelas que têm entre 100 mil e 500 mil habitantes e que, a partir de 2002, foram as que mais cresceram no Brasil. Sua maior característica é o acompanhamento do crescimento demográfico ao desenvolvimento industrial.

:: Grupos de Debate

No segundo período do evento, os participantes foram divididos em quatro grupos que abordaram os temas:

1 - Criação e implementação de conselhos das cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual e municipal;

2 - Aplicação do estatuto da cidade e dos planos diretores e a efetivação da função social da propriedade do solo urbano;

3 - A integração da política urbana no território: política fundiária, mobilidade e acessibilidade urbana, habitação e saneamento;

4 - Relação entre os programas governamentais - como PAC e Minha Casa, Minha Vida - e a política de desenvolvimento urbano.

Os representantes do Sinsep integraram o Grupo 1, que tem como proposta administrativas formular planos convergentes aos município vizinhos para que os Fundos de Desenvolvimento Urbanos tenham efetividade.

"O conselho tem que ter a possibilidade de debater também alterações e, por isso, a importância de se estar articulado ao plano diretor, e não alinhado a este", disse Nelson Castanho, presidente do Sinsep, sobre a autonomia e liberdade do conselho para não ficar atrelado ao poder. Para ele, os conselhos municipais de outros segmentos estão sendo usados como "molas propulsoras da Administração", uma vez que autonomia e legitimidade estão sendo vetadas aos conselheiros. Por isso, é fundamental que seja respeitada a participação da sociedade civil no Concidades.

:: Concidades

O primeiro Concidades de São José dos Pinhais terá como representantes dos trabalhadores os servidores Odevair Mathias (titular) e Denise Mariano (suplente), os quais, junto com Sálvio Paes, participarão da Conferência Estadual das Cidades em Foz do Iguaçu, que deve acontecer entre 1 de fevereiro e 18 de abril de 2010.

Resultados oficiais confirmam vitória de Pepe Mujica no Uruguai (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Vermelho

Os primeiros resultados oficiais do segundo turno das eleições no Uruguai confirmam a vitória da coalizão governista de esquerda Frente Ampla, encabeçada por José "Pepe" Mujica, contra a chapa oposicionista conservadora do Partido Nacional, de Luis Alberto Lacalle.

Com 41,6% dos votos apurados pela Corte Eleitoral, Mujica obteve 456.824 votos e Lacalle, 429.356. Segundo as pesquisas de boca de urna, o vencedor obteve entre 50,1% e 51,5% dos votos, contra 44,4% a 46,2% do adversário.

Lacalle, que foi presidente de 1990 a 1995, já reconheceu a derrota e chamou os seguidores para "vigiar as instituições". "José Mujica será nosso presidente, devemos aceitá-lo", disse.

O presidente Tabaré Vázquez cumprimentou Lacalle por telefone e foi ao quartel-general de Mujica para felicitá-lo. "Para o Uruguai, amanhã (hoje) começa uma nova etapa, na qual devemos trabalhar juntos e buscar melhores condições de vida para todos", afirmou.

Eufórico, Mujica anunciou em um festivo comício a intenção de governar com os cidadãos e lançou uma mensagem conciliadora aos partidos derrotados, aos quais pediu para trabalharem juntos pelo país.

"Há aqueles que não se dão conta de que o poder não está em cima, mas no coração das grandes massas", afirmou o ex-guerrilheiro de 74 anos.

Mujica se desculpou de críticas feitas durante a campanha e assegurou que o governo eleito "não é dono da verdade" e "precisa de todos". "Meu reconhecimento aos homens que representaram o Partido Nacional, o Partido Colorado e o Partido Independente", afirmou.

"Não é hora de discurso programático mas sim de alegria, do compromisso", ressaltou ao agradecer a organização e participação popular que o levou à presidência.

Por sua vez, o vice-presidente eleito, Danilo Astori, ratificou o chamado à unidade por parte dos partidários da Frente Unido e do povo uruguaio.

"Com esta formidável plataforma de lançamento que tem sido o governo conduzido por Tabaré Vazquez, vamos continuar trabalhando com este projeto de construção nacional", destacou.

Candidato do governo pela Frente Ampla, de esquerda, Mujica passou 13 anos de sua vida na prisão, boa parte deles durante a ditadura militar (1973-1985). Ele venceu o primeiro turno com 48% dos votos.

Mujica recebeu os primeiros resultados extra-oficiais no Hotel NH Columbia, em Montevideu. O prédio foi usado como quartel-general pela coalizão Frente Ampla durante praticamente todo o processo eleitoral.

No dia 25 de outubro, Mujica esteve muito perto de alcançar uma vitória ainda no primeiro turno. Para tanto, ele devia obter maioria absoluta, mas ficou com 48% dos votos.

Seu adversário na votação deste domingo, Lacalle, conseguiu então 29% de respaldo e também passou para o segundo turno.

A contagem dos votos foi iniciada em seguida ao fechamento das urnas, às 19h30, e os primeiros resultados oficiais deverão ser divulgados a partir das 21h30.

Mujica chegou ao Hotel Columbia acompanhado de sua esposa, Lucía Topolansky. Na base da Frente Ampla, ele se reuniria com seu colega de chapa, o candidato à vice-presidência e ex-ministro Danilo Astori, e demais líderes da coalizão governista.

Apesar do tempo instável e das previsões que indicavam o risco de fortes chuvas, centenas de simpatizantes da Frente Ampla se dirigiram à região do hotel para aguardar os resultados.

Segundo relatos difundidos pela imprensa local, a concentração popular já se espalha por alguns quarteirões ao redor do edifício. Um palco foi montado do lado de fora, onde os partidários acompanham a contagem dos votos por meio de um telão.

Caso se confirme a vitória de Mujica, o presidente Tabaré Vázquez irá ao Hotel Columbia para cumprimentá-lo pessoalmente.

Nascido em 20 de maio de 1935, Mujica foi eleito deputado em 1994 e senador em 1999 e 2004. Um ano depois, aceitou o convite para ser ministro da Pecuária de Vázquez.

Nos anos 60, ele integrou o Movimento de Libertação Nacional Tupamaro, guerrilha que atuou até os primeiros anos da década de 1970, combatendo a ditadura que se instaurou no poder em 1973, sob a chefia de Juan María Bordaberry.

Preso pela ditadura em 1972, Mujica permaneceu preso por 13 anos, até 1985. Famoso pelo carisma e maneira informal com que fala e se veste, o ex-prisioneiro político deverá tomar posse no dia 1º de março, dando início ao segundo governo consecutivo da Frente Ampla.

No primeiro turno, com uma votação expressiva, a coalizão já havia assegurado maioria no Congresso, com 16 dos 30 assentos do Senado e 50 vagas das 99 existentes na Câmara dos Deputados.

8º Congresso elege nova direção da FETEC/CUT-SP (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por FETEC/CUT-SP

Após três dias de debates sobre os rumos da luta sindical bancária, o 8º Congresso da FETEC/CUT-SP elegeu a nova direção da entidade para o triênio (2009-2012).

A chapa vencedora é encabeçada por Luiz César de Freitas, atual presidente do Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região. A Secretaria Geral permanece sob comando de Pedro Sardi, dirigente da base de São Paulo, Osasco e Região. A Secretaria de Finanças passa a ser ocupada por Sebastião Geraldo Cardozo, representante dos bancários de Araraquara.

Eleita por unanimidade, a nova direção terá, dentre os desafios, as lutas pela continuidade do governo popular no âmbito nacional, pelo fim do projeto neoliberal no Estado de SP e pela defesa da classe trabalhadora.

Conforme Luiz César de Freitas, o Alemão, o 8º Congresso da FETEC SP se configurou em um importante espaço para exposição de idéias, o que favoreceu o debate e, conseqüentemente, os consensos que se fazem necessários para gestão que principia. “A perspectiva para os próximos três anos é extremamente positiva, uma vez que os debates aqui realizados apontam para o aprimoramento dos acertos da última gestão, bem como para a ampliação da interlocução com os sindicatos filiados e para intensificação das ações com vistas a obtermos novos avanços no que diz respeito a melhores condições de trabalho e de vida não apenas para os bancários, mas para o conjunto dos trabalhadores brasileiros”, projeta o presidente eleito.

O 8º Congresso da FETEC SP teve início na última quinta-feira (26) estendendo-se até sábado (28), na cidade de São Pedro (SP), com participação de 225 delegados, sendo 70 mulheres, representantes dos bancários cutistas do Estado de SP.

Metalúrgicos de Salto (SP) apresentam balanço das atividades e orçamento para 2010 (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Viviane Barbosa – FEM-CUT/SP

O Sindicato dos Metalúrgicos de Salto e região realizou na última sexta-feira, 27, assembleia geral com a categoria. Na ocasião, os dirigentes apresentam aos trabalhadores o balanço das ações conquistadas neste ano e apresentaram a previsão orçamentária do Sindicato para o ano de 2010.

Segundo o Secretário de Finanças do Sindicato, Agenor Aparecido da Silva, a categoria metalúrgica de Salto teve vários avanços em 2009. "A nossa Campanha Salarial é um exemplo. Mesmo com as dificuldades em razão da crise financeira internacional, conquistamos reajustes salariais importantes. Também desenvolvemos um belo trabalho de inclusão social e fortalecemos os investimentos nos cursos de formação e qualificação profissional", frisa.

Segundo a entidade, os aumentos reais conquistados oscilaram de 2% a 2,5%. O Sindicato representa cerca de 4.500 metalúrgicos na região de Salto.

Investimento e recesso

Na assembleia, a Direção do Sindicato dos Metalúrgicos também apresentou os principais investimentos que serão realizados no próximo ano. A construção do clube de campo do Sindicato é uma das iniciativas. O Sindicato entrará em recesso de final de ano a partir do dia 18 de dezembro e retornará as atividades em 11 de janeiro de 2010.

Entrada de dólar especulativo é recorde em outubro: US\$ 17,119 bilhões (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por Valdo Albuquerque/HP

O ingresso de investimentos estrangeiros em carteira, dinheiro puramente especulativo, somou em outubro nada menos que US\$ 17,119 bilhões, um recorde segundo o Banco Central. Desde julho, essas entradas totalmente parasitárias e predatórias totalizaram US\$ 37,431 bilhões.

A maciça entrada de dinheiro especulativo em outubro se deu mesmo com a instituição, em meados do mês, da cobrança de 2% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre capital estrangeiro aplicado em ações e títulos de renda fixa.

Os números divulgados na terça-feira demonstram bem a política deliberada dos Estados Unidos de jorrar bilhões de dólares sem lastro, emitidos após setembro de 2008, com as taxas de juros daquele país estabelecidas em zero ou próximo de zero. As operações de "carry trade" (tomada de empréstimos a juros baixos para aplicar especulativamente em países onde o juro é mais alto) dos bancos norte-americanos, operações que passaram a inundar o mundo de dólares, não são apenas uma consequência dessa política de emissão desabalada e juros a zero. Rigorosamente, essa política monetária dos EUA força essas operações, de forma consciente e deliberada. Trata-se, sinteticamente, da tentativa de sair da crise em que os monopólios financeiros lançaram a economia americana, através da pilhagem da economia de outros países - nesse caso, de todos os outros países (ver matéria na página 6).

Essa enxurrada de dólares tem provocado a sobrevalorização do real, deteriorando as exportações e estimulando as importações. Segundo o ex-ministro Delfim Netto, "as empresas estão substituindo as cadeias produtivas internas pelas importações e instalando-se no exterior para substituir exportações tornadas não competitivas pela taxa de câmbio. Essa supervalorização e volatilidade são também nocivas para o setor agrícola, que tem de preocupar-se com a taxa de câmbio no plantio (que determina seus custos) e estimar a taxa de câmbio na colheita (que determina sua receita)".

Somente nos dez primeiros meses de 2009, a apreciação do real ante à moeda norte-americana já se aproxima de 40%.

O resultado de outubro demonstra, também, que a taxação do IOF é uma medida muito tímida diante dessa guerra cambial. Antes de mais nada, é preciso reduzir drasticamente as taxas de juros reais para os patamares internacionais, entre zero e 1% ao ano. No Brasil, os juros reais do BC estão em 4,3%. Além disso, acabar com a isenção de Imposto de Renda aos especuladores estrangeiros - para defender nossa economia na guerra cambial deflagrada pelos EUA, seria um bom começo.

No mês passado, o déficit nas transações (balança comercial, serviços e rendas e transferências unilaterais) somou US\$ 2,911 bilhões. O resultado da balança comercial foi superavitário em US\$ 1,328 bilhão. A conta de serviços e rendas

(onde estão a maior parte das remessas de lucros, oficiais e disfarçadas) teve déficit de US\$ 4,456 bilhões. No acumulado do ano, o déficit em conta corrente foi de US\$ 14,788 bilhões.

www.horadopovo.com.br

Petroleiros do setor privado de Linhares (ES) completam 15 dias de greve (CUT Nacional) 30/11/09

Escrito por FUP com informações do Sindipetro-ES

Os trabalhadores terceirizados que prestam serviço para a Petrobrás através da empresa PROEN - Engenharia completam 15 dias greve na sexta-feira, 27. O Sindipetro-ES tentou, mais uma vez, retomar as negociações, mas a prestadora de serviços continua negando-se a atender às reivindicações da categoria, hostilizando os representantes do Sindicato.

Além desta prática, a PROEN suspendeu o pagamento do plano de saúde e o adiantamento de salário dos trabalhadores.

Os trabalhadores terceirizados que estão em estado de greve desde o dia 13, denunciaram que o preposto da empresa está contratando novos trabalhadores para substituir os grevistas, tudo isso, com a conivência da gerência da Petrobrás.

Nas rodadas de negociação entre a FUP e Petrobrás, retomadas no dia 16, os representantes da Federação relataram o problema e ressaltaram o descaso da empresa com os trabalhadores e com o Sindicato.

CNTE promove nas escolas dia de combate à DST/AIDS (CUT SP) 30/11/09

Alexandre Gamón

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação realiza nesta terça-feira (01), em todas as escolas de ensino médio da rede pública do país mobilização de prevenção à DST/AIDS.

O coletivo de trabalho da CNTE que atua a três anos em parceria com o Ministério da Educação produziu um material didático chamado Testagem da Árvore do Prazer que inclui vídeo com diversas celebridades de orientação aos alunos sobre os riscos de doenças sexualmente transmissíveis.

O objetivo da campanha é atingir até 1 milhão de jovens. Para isso a Confederação promoveu em novembro deste ano oficina com mais de 100 professores em todas as capitais do país. Esses encontros tiveram por finalidade esclarecer estes professores que atuam como multiplicadores de informação sobre como conviver com os jovens soro positivos nas salas de aula e como realizar a inclusão destas pessoas.

A secretária de relações internacionais da CNTE, Fátima Aparecida Santos, afirma que grande parte das escolas públicas brasileiras abordam a temática durante o ano letivo. "De acordo com o último senso, 70% das escolas trabalham com prevenção da Aids e de doenças sexualmente transmissíveis. Com isso percebemos que houve um aumento da incorporação do dia 1º de Dezembro na agenda dessas escolas e uma preocupação maior com o tema".

SITES PESQUISADOS
 www.folha.com.br







O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira




